Comissão Europeia

LIFE & O CRIME CONTRA A VIDA SELVAGEM

Ambiente

Life

NATURA 2000

COMISSÃO EUROPEIA
DIRECçÃO GERAL AMBIENTE

LIFE (*"The Financial Instrument for the Environment and Climate Action"*) é um programa da iniciativa da Comissão Europeia e coordenado pelas Direções Gerais de Ambiente e Ação Climática. A Comissão delegou a implementação de muitos componentes do programa LIFE para a Agência de Execução para as Pequenas e Médias Empresas (EASME).

Os conteúdos da publicação "LIFE e o Crime contra a vida selvagem" não refletem necessariamente as opiniões das instituições da União Europeia.

Autores: João Pedro Silva (Nature & Biodiversity expert), Justin Toland (Editor Senior), Jon Eldridge, Stephen Nottingham, e Carla Travagnin (NEEMO EEIG, Communications Team Coordinator). **Editor coordenador**: Jean-Claude Merciol (Comissão Europeia, DG Ambiente, LIFE D.4). **LIFE Focus séries coordenação**: Davide Messina e Santiago Urquijo-Zamora (Coordenadores Comunicações LIFE), Valerie O'Brien (DG Ambiente, Publications Coordinator). **Assistência técnica**: Bent Jepsen, John Houston, Michele Lischi, Ivaylo Zafirov, Stoyan Yotov, Ioana Lucaciu, Kristijan Civic, and Darline Velghe, (NEEMO EEIG). **Pessoas que também colaboraram nesta edição**: Laszlo Becsy (DG Ambiente, LIFE D.4.), Anita Fassio (EASME, B.3.1 - LIFE), Joseph Van Der Stegen and Fotios Papoulias (Environment DG, Nature Protection D.3). **Produção**: Monique Braem (NEEMO EEIG). **Design gráfico**: Daniel Kurth (Atelier Kurth) and Anita Cortés (NEEMO EEIG). **Base de dados imagens**: Sophie Brynart (NEEMO EEIG). **Agradecimentos**: Agradecemos a todos os beneficiários dos projetos LIFE que contribuíram com comentários, fotografias e outros materiais para esta publicação. **Fotografias**: Salvo especificado as fotos pertencem aos respetivos projetos. **Fotografia de Capa**: © 2017 – LIFE14 NAT/PT/000855/Hugo Marques. Todos os direitos reservados. Licenciado à União Europeia sob condições.
Traduzido por: Joana Lopes.

ENTRAR EM CONTACTO COM A UE

Em pessoa
Por toda União Europeia existem centenas de centros Europe Direct. Poderá encontra o endereço do centro mais próximo em: http://europa.eu/contact

Via telefone ou correio eletrónico
Europe Direct é um serviço que responde as suas questões acerca da União Europeia. Pode contactar este serviço:

– linha grátis: 00 800 6 7 8 9 10 11 (certos operadores podem cobrar por esta chamada),
– Número fixo: +32 22999696, ou
– Correio eletrónico: http://europa.eu/contact

ONDE ENCONTRAR INFORMAÇÃO SOBRE A UE

Online
Informação sobre a União Europeia em todas as línguas oficiais está disponível no sítio Europa em: http://europa.eu

Publicações EU
Pode fazer download ou encomendar publicações da EU grátis ou pagas a partir da Livraria EU em: http://bookshop.europa.eu. Copias grátis de publicações podem ser obtidas contactando diretamente Europe Direct ou o centro de informações mais próximo (em: http://europa.eu/contact).

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2018

PDF ISBN 978-92-79-80056-6 ISSN 2314-9329 doi: 10.2779/392 KH-AD-17-001-PT-N

© União Europeia, 2018 | Reutilização está autorizada desde que a fonte seja creditada.
A política de reutilização de documentos da Comissão Europeia está regulada pela Decisão 2011/833/EU (OJ L 330, 14.12.2011, p. 39). Para qualquer uso ou reprodução de fotografias ou outros materiais que não estejam sob os créditos da EU, autorização devera ser requerida diretamente aos proprietários dos créditos.

Prefácio

Foto: European Commission

Os crimes contra a vida selvagem têm um impacto negativo sobre a biodiversidade em todo o mundo. O abate ilegal, envenenamento, caça furtiva ou comércio de espécies estão a ameaçar a biodiversidade também na União Europeia. Em abril de 2017, a Comissão Europeia aprovou o "Plano de Ação para a natureza, as pessoas e a economia" a fim de melhorar a aplicação das Diretivas Aves e Habitats e a reforçar a sua contribuição para alcançar as metas de biodiversidade da UE para 2020.

A Comissão Europeia desenvolveu um Roteiro no sentido de eliminar o abate, captura e comércio ilegais de aves, o qual visa prevenir e combater o crime contra a vida selvagem na União Europeia e assim reforçar o cumprimento da Diretiva Aves. O Roteiro também apoia as recomendações da Convenção de Berna e a implementação da Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS), enunciando quatro áreas em que a Comissão Europeia pode apoiar os Estados Membros no cumprimento da lei. Esta nova publicação mostra como os projetos LIFE já contribuíram para cada uma das áreas identificadas no Roteiro: monitorização e recolha de dados, prevenção, intercâmbio de informações, formação e consciencialização, e aspetos legais e de aplicação da lei.

O objetivo da brochura *LIFE e o Crime contra a Vida Selvagem* não é apenas destacar as ações de projetos específicos em cada uma destas quatro áreas, mas também fornecer um conjunto de lições e melhores práticas que serão úteis a todos os interessados que lidam com os crimes contra a vida selvagem, com um foco particular no abate ilegal (por envenenamento e caça furtiva) de espécies de aves e de grandes carnívoros.

O primeiro capítulo centra-se em questões relacionadas com a monitorização de aves protegidas e a construção de bases de dados nacionais e transnacionais de casos de envenenamento.

O capítulo sobre a prevenção traz à tona os benefícios da utilização das equipas caninas de deteção de venenos, assim como os grupos anti-veneno, as tecnologias inovadoras, as equipas de vigilantes de ninhos e as campanhas eficazes de sensibilização. Também aborda a pesca ilegal de espécies de peixes protegidos, destacando boas práticas, tais como os protocolos anti-caça furtiva e alternativas à pesca ilegal.

O terceiro capítulo analisa o impacto dos projetos LIFE que ajudaram a formar forças policiais, autoridades aduaneiras, procuradores e juízes.

O capítulo final mostra como o programa LIFE está na vanguarda dos esforços para tornar a aplicação da lei sobre crimes contra a vida selvagem mais consistente em toda a Europa. Os planos de ação regionais para combater o envenenamento ilegal, desenvolvidos com o apoio do LIFE estão neste momento a ser incluídos num plano de ação europeu pela Rede Europeia contra o Crime Ambiental.

Esta nova publicação espera evidenciar a capacidade do programa explicando-o de forma apelativa. Esperamos que encontre esta publicação informativa e útil.

Humberto Delgado Rosa
Diretor para o Capital Natural
DG Ambiente, Comissão Europeia

Política de crime ambiental da UE e acordos internacionais **4**
O papel do LIFE na luta contra a criminalidade na vida selvagem **8**

LIFE e o crime contra a vida selvagem: Monitorização e recolha de dados **12**
Visão geral: melhores práticas e lições aprendidas **12**
Rumo a uma base de dados europeia sobre crimes contra a vida selvagem **14**
A monitorização por satélite fornece aos conservacionistas e à polícia dados relevantes **18**
Conheça o seu veneno **20**

LIFE e crime contra a vida selvagem: A prevenção do crime contra vida selvagem **22**
Visão geral: melhores práticas e lições aprendidas **22**
Patrulhas caninas dissuadem os envenenadores **24**
Construção de uma rede anti-venenos **25**
A tecnologia preventiva funciona **27**
Espalhar uma mensagem positiva contra a caça furtiva **30**
Publicidade ajuda nas ações preventivas **31**
Ação conjunta contra a caça e pesca furtiva **33**
Trabalhando com pescadores para salvar o esturjão do Danúbio **36**

LIFE e crime contra a vida selvagem: Formação, troca de informações e recolha de provas **38**
Visão geral: melhores práticas e lições aprendidas **38**
Lições legais auxiliam a vida selvagem grega **40**
A formação direcionada ajuda os guardas aduaneiros a lidar com o comércio ilegal de espécies selvagens **42**
Combater os abates ilegais ao longo das vias migratórias **44**
Os detetives caninos do LIFE **46**

LIFE e o crime contra a vida selvagem: Aplicação legal e ação penal **48**
Visão geral: melhores práticas e lições aprendidas **48**
Criando capacidade para processar crimes de vida selvagem **50**
Investigações policiais húngaras **52**
Investigar o envenenamento ilegal em Portugal **53**
Processos judiciais sobre contra aves em Espanha têm lições para a UE **55**

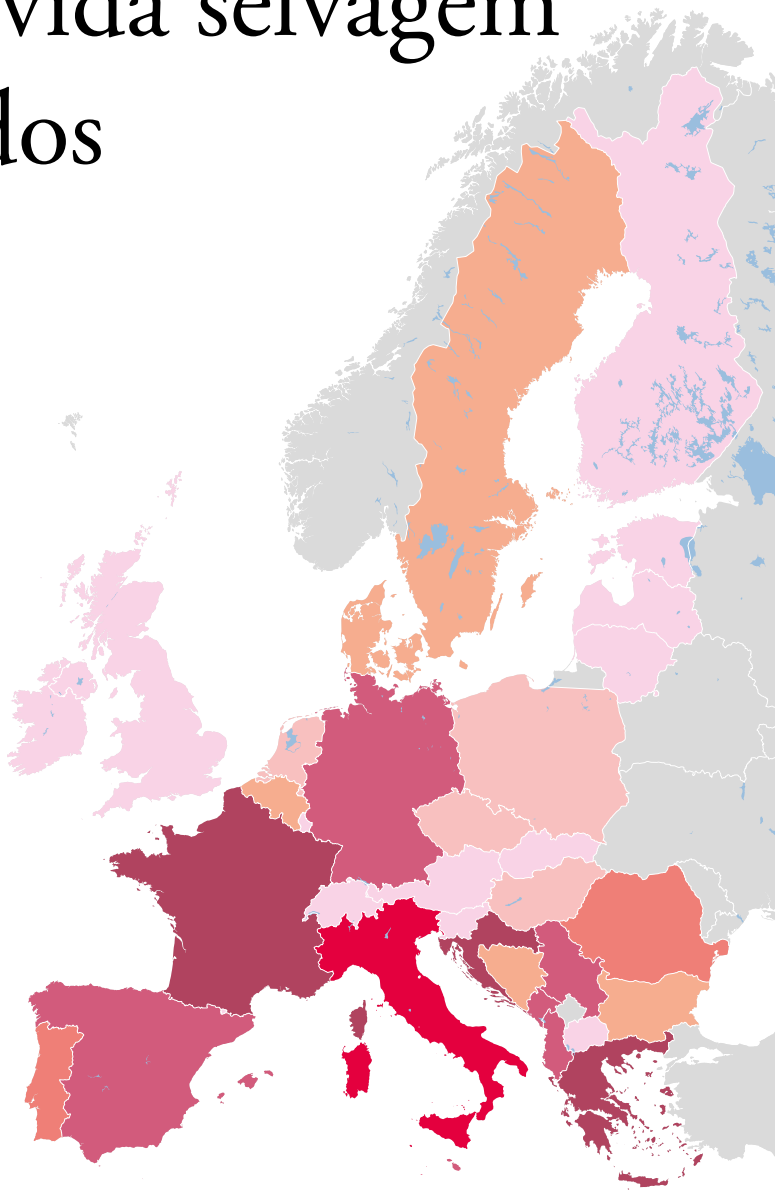
Projetos em destaque **57**

Lista de publicações LIFE disponíveis **57**

Crimes contra a vida selvagem na UE e os acordos internacionais

Os crimes contra a vida selvagem causam danos significativos ao meio ambiente. De acordo com a WWF, a criminalidade na vida selvagem é a segunda ameaça mais significativa para a biodiversidade após a perda / degradação de habitats[1].

Estes tipos de atividades ilegais podem ser muito lucrativas para os perpetradores e são geralmente muito difíceis de detetar. Os crimes contra a vida selvagem têm variadíssimas vezes um carácter transfronteiriço.



Adaptado a partir de:
THE KILLING 2.0 -
A view to kill. BirdLlife 2017

Não existe um registo sistemático de crimes contra a vida selvagem na UE. No entanto, várias iniciativas recentes (incluindo algumas financiadas pelo programa LIFE - ver pp.8) aumentaram a nossa perceção da escala deste Problemaa. Por exemplo, de acordo com o último relatório (2017) da ONG, BirdLife, estima-se que 36 milhões de aves são mortas ilegalmente todos os anos enquanto migram na região do Mediterrâneo. Isto levou a um declínio de 30% na população de algumas espécies e à perda completa de espécies em algumas regiões (ver mapa).

Tipos de crimes de vida selvagem na UE

- Armadilhas ilegais e caça furtiva para alimentação
- Controle ilegal de predadores / pragas
- Abates ilegais para fins desportivos de espécies protegidas
- Roubo de ovos e taxidermia
- Envenenamento ilegal
- Comércio ilegal de espécies protegidas
- Destruição ilegal de habitat protegido

1. http://wwf.panda.org/about_our_earth/species/problems/illegal_trade/

Legislação sobre crime contra a vida selvagem

No seio da EU existe já um variado leque de legislação disponível para regular o abate ilegal de espécies selvagens, incluindo a Diretiva Aves, a Diretiva Habitats e da Diretiva Crime Ambiental[2] (ver caixa). A UE também é signatária de vários acordos internacionais sobre crimes contra a vida selvagem, incluindo as Convenções sobre Conservação de Espécies Migratórias de Animais Selvagens (CMS) e sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES). Ao aderir à CITES, a UE tornou-se um ator mais forte no que respeita aos esforços globais para proteger o ambiente e evitar o comércio ilegal de espécies.

Crimes ambientais na EU

Aprovada em 2008, a diretiva relativa ao crime ambientalexige que os Estados-Membros tratem como infrações penais determinadas atividades que violem a legislação ambiental da UE. Estas infrações incluem o abate e o comércio ilegal de espécies protegidas e a deterioração significativa dos habitats da vida selvagem que fazem parte da rede Natura 2000 de sítios protegidos.

Os Estados-Membros devem implementar sanções penais eficazes, dissuasivas e adequadas para estes e outros crimes ambientais (como o despejo ilegal de resíduos).

Abate ilegal, uso de armadilhas e comércio de aves na UE

O abate ilegal, a captura ou o comércio de aves é um problema generalizado na UE e em determinados locais tem um impacto negativo nas populações de certas espécies de aves. Por conseguinte, é um obstáculo para conseguir uma melhoria significativa do estado de conservação das espécies em perigo na UE, um objetivo da Diretiva de Aves (ver caixa), e o primeiro objetivo da Estratégia de Biodiversidade da UE até 2020, bem como uma prioridade do recente Plano de Ação da Comissão para a natureza, as pessoas e a economia.

A atividade internacional para abordar esta questão acelerou nos últimos anos. Em 2012, a Comissão Europeia publicou um "Roteiro para a eliminação do abate ilegal, uso de armadilhas e comércio de aves", atualizado em 2017. Este consiste num conjunto de ações direcionadas a serem realizadas pelos Estados Membros, as partes interessadas e a Comissão. Além disso, dois dos principais acordos internacionais sobre convenção de espécies, a Convenção de Berna e a Convenção de Bona tomaram medidas para enfrentar o problema. A Convenção de Berna desenvolveu o "Plano de Ação de Tunes para a erradicação do abate ilegal, uso de armadilhas e comércio de aves selvagens" (Conselho da Europa 2013). A Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Selvagens (CMS ou Convenção de Bona) adaptou uma Resolução em 2014 e criou uma "Grupo de Ação Intergovernamental para combater a matança ilegal, a captura e o comércio de aves migratórias no Mediterrâneo" - MIKT (UNEP / CMS 2014), com o apoio da Comissão. Este grupo de ação reúne representantes governamentais das Partes CMS no Mediterrâneo, incluindo a UE e outras partes interessadas.

Principais crimes de extermínio de aves

- Envenenamento indireto como resultado do controle de pragas e predadores - aves de rapina principalmente afetadas
- Tráfico ilegal de ovos e aves para falcoaria
- Roubo de ovos
- Caça furtiva e abate ilegal em áreas de interesses concorrentes (por exemplo, reservas de lagópodes-escocês e caçadores de trufas)
- Armadilhas indiscriminadas para alimentação (por exemplo, aves canoras)

A Diretiva Aves

A Diretiva Aves proíbe atividades que ameaçam diretamente as aves, como abate ilegal ou capturas deliberadas, a destruição de ninhos e a captura de ovos e atividades associadas, como a comercialização de aves vivas ou mortas, com poucas exceções, constantes do Anexo III da Diretiva. A diretiva reconhece a caça como uma atividade legítima e fornece um sistema abrangente para a gestão da caça para garantir que esta prática seja sustentável. Isso inclui um requisito para garantir que as aves não sejam caçadas durante os períodos de maior vulnerabilidade, como a migração de retorno para as áreas de nidificação e a estação de criação / desenvolvimento. Exige que os Estados-Membros proíbam todas as formas de morte não seletiva e em grande escala de aves, desde que existam derrogações para atender necessidades específicas na ausência de outras soluções satisfatórias. Promove também a pesquisa para apoiar a proteção, gestão e uso de todas as espécies de aves abrangidas pela Diretiva.

2. Directiva 2008/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Novembro de 2008 relativa proteção do ambiente através do direito penal

O Roteiro da UE

O Roteiro para a eliminação do abate ilegal, captura e comércio de aves identifica cinco principais domínios em que a Comissão Europeia pode agir para apoiar os Estados-Membros:

1. **Na sensibilização das autoridades competentes e da sociedade civil**
2. **Em projetos de financiamento**
3. **Na coordenação dos esforços a nível da UE**
4. **No processamento de dados fornecidos pelos Estados-Membros no contexto das suas obrigações de informação ou inquéritos da Comissão**
5. **No lançamento de procedimentos legais**

O Roteiro não visa a criação de um programa abrangente para acabar com o abate ilegal, a captura e o comércio de aves. Tal programa pode ser encontrado no Plano de Ação da Convenção de Berna. O Roteiro enumera uma série de ações possíveis para a Comissão e outras partes interessadas em quatro categorias:

1. **Monitorização e recolha de dados**
2. **Intercâmbio de informações, formação e consciencialização**
3. **Execução e aspetos legais**
4. **Prevenção**

CITES
Tráfico Internacional da Vida Selvagem

O comércio internacional de animais selvagens e plantas vale biliões de euros e involve centenas de milhões de espécimes de plantas e animais. O comércio é diversificado, desde animais vivos e plantas até produtos derivados, incluindo produtos alimentícios, artigos de couro, madeira e medicamentos.

A Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas (CITES), assinada em 1973, visa assegurar que o comércio internacional de espécimes de animais selvagens e plantas não ameace a sua sobrevivência. Descreve diversos graus de proteção a mais de 30.000 espécies de animais e plantas. O primeiro objetivo da CITES é fazer com que o comércio internacional de espécimes de espécies selecionadas esteja sujeito a determinados controles. Estes incluem um sistema de licenciamento que requer autorização para importação e (re)exportação de espécies abrangidas pela Convenção.

Em Fevereiro de 2016, a Comissão Europeia adotou uma **Comunicação sobre o Plano de Ação da UE contra o Tráfico de Vida Selvagem**, que estabelece um plano abrangente para os esforços de luta contra a criminalidade da vida selvagem na UE e para reforçar o papel da UE na luta global contra estas atividades ilegais. O plano tem três vertentes principais - maior aplicação, melhor cooperação e prevenção mais efetiva. O plano de ação deve ser implementado conjuntamente pela UE (serviços da Comissão, SEAE, Europol, Eurojust) e os seus Estados-Membros até 2020. O objetivo é desenvolver uma abordagem mais estratégica dos controlos e a aplicação das regras contra o tráfico de animais selvagens a nível da UE. O Plano de Ação da UE contra o Tráfico de Vida Selvagem também visa intensificar os esforços para garantir a implementação do roteiro da UE para eliminar o abate ilegal, a uso de armadilhas e o comércio ilegal de aves.

Foto: LIFE10 NAT/HU/000019/MME/Márton Horváth

Iniciativa da UE para uma caça sustentável

Para abordar a necessidade de um diálogo melhorado com e entre as partes interessadas, a Comissão Europeia lançou a Iniciativa de Caça Sustentável em 2001. Um importante resultado desta iniciativa foi o Guia da CE sobre Caça ao abrigo da Diretiva Aves (2004). Isto fornece orientações claras e abrangentes sobre a forma como os Estados-Membros devem refletir os princípios estabelecidos na Diretiva Aves e nas medidas nacionais de regulamentação da caça.

A iniciativa também promoveu o diálogo entre a Federação das Associações de Caça e Conservação da UE (FACE) e BirdLife International conduzindo a um acordo conjunto em 2004 para reconhecer o valor da Diretiva Aves para a manutenção das aves selvagens (incluindo as espécies caçadas) e os seus habitats num estado de conservação favorável ao nível da UE - com a aplicação da diretiva com base no Guia Interpretativo da Comissão.

Fundada em 1977, a FACE representa os interesses dos sete milhões de caçadores da Europa, com membros que compõem associações de caça de 34 países.

"A FACE tem uma política de tolerância zero para crimes de vida selvagem e abates ilegais e isso é o que promovemos entre os nossos membros", enfatiza o Dr. David Scallan, responsável pelos aspetos acerca da conservação dentro da organização.

Caçadores e associações de caça podem contribuir de forma decisiva para combater a criminalidade da vida selvagem, argumenta. "Eles são os olhos e os ouvidos para o que está a acontecer no campo, para que possam ao mesmo tempo desempenhar um papel determinante no que respeita à denúncia de incidentes."

Além disso, associações de caça podem comunicar eficazmente sobre o abate ilegal. Por exemplo, a FACE concentrou-se no abate de aves na região do Mediterrâneo, trabalhando com caçadores para condenar atividades ilegais e cooperar com as investigações.

"A FACE é um parceiro muito valioso na luta contra a criminalidade da vida selvagem na UE e também tem uma responsabilidade particular", diz Wouter Langhout, responsável pela Política da Natureza BirdLife da UE. "Precisamos que enviem uma mensagem de tolerância zero".
A FACE e a Organização Europeia de Proprietários (OEP), asseguram conjuntamente o secretariado do intergrupo do Parlamento Europeu, "Biodiversidade, Caça, Campo". Criado em 1985, é uma das plataformas parlamentares mais antigas e mais ativas, reunindo o apoio de 110 deputados, incluin-

Eurodeputado Karl-Heinz Florenz

O eurodeputado alemão Karl-Heinz Florenz é presidente do intergrupo do Parlamento Europeu, "Biodiversidade, caça, campo".

Segundo Florenz, além da preservação da biodiversidade e da promoção de áreas rurais economicamente e socialmente prósperas, uma ideia chave por trás do intergrupo é que "um sistema de caça sustentável e sério, controlado pelo governo, faz parte de uma boa política ambiental.

Ele afirma que "todo o caçador luta contra a ilegalidade" e que "os legisladores devem cooperar com os caçadores na luta contra a caça ilegal". Embora reconheça que nem todos são simpatizantes das associações de caça, enfatiza que elas desempenham um papel importante na luta contra a criminalidade da vida selvagem, explicando por exemplo as restrições legais aos seus membros. "Não tenho a impressão de que as associações de caça sejam um bloqueio no processo. Eles são os que estão interessados em ir para a rua."

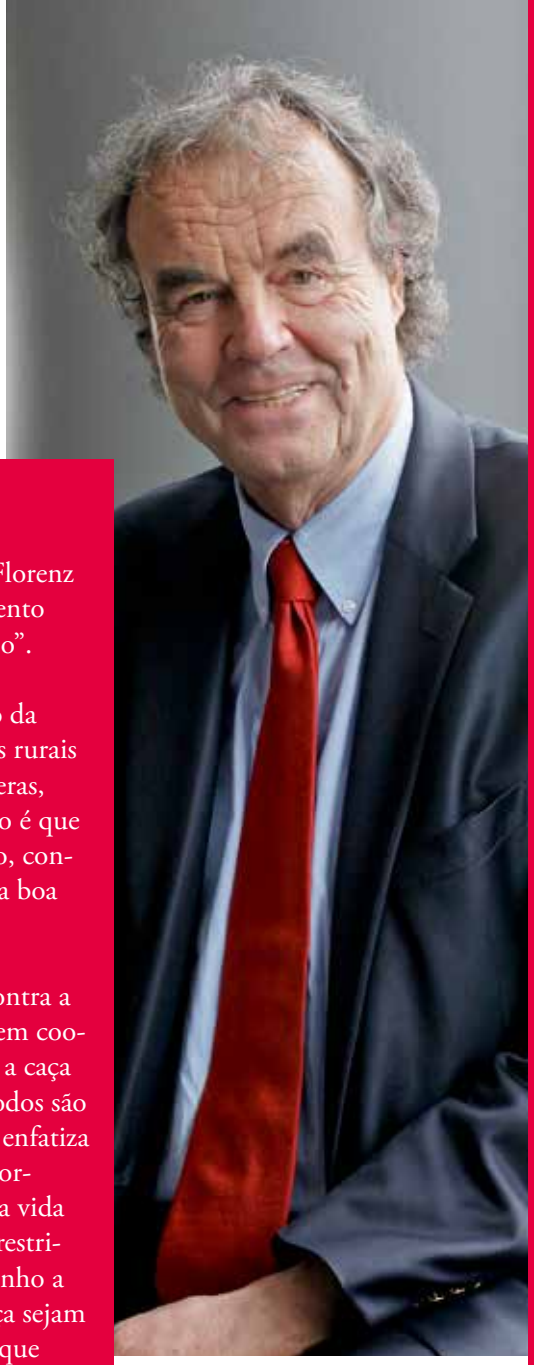


Foto: © European Union 2012 PE-EP

BirdLife e a Iniciativa Caça

"As nossas principais áreas de foco [contra o crime na vida selvagem] são o envenenamento e o uso de iscos de veneno, o tráfego de aves canoras e a perseguição às aves de rapina. Ao longo dos últimos anos, investimos fortemente no aspeto da monitorização - na caracterização do crime de vida selvagem e qual a sua escala ", explica Wouter Langhout da BirdLife.

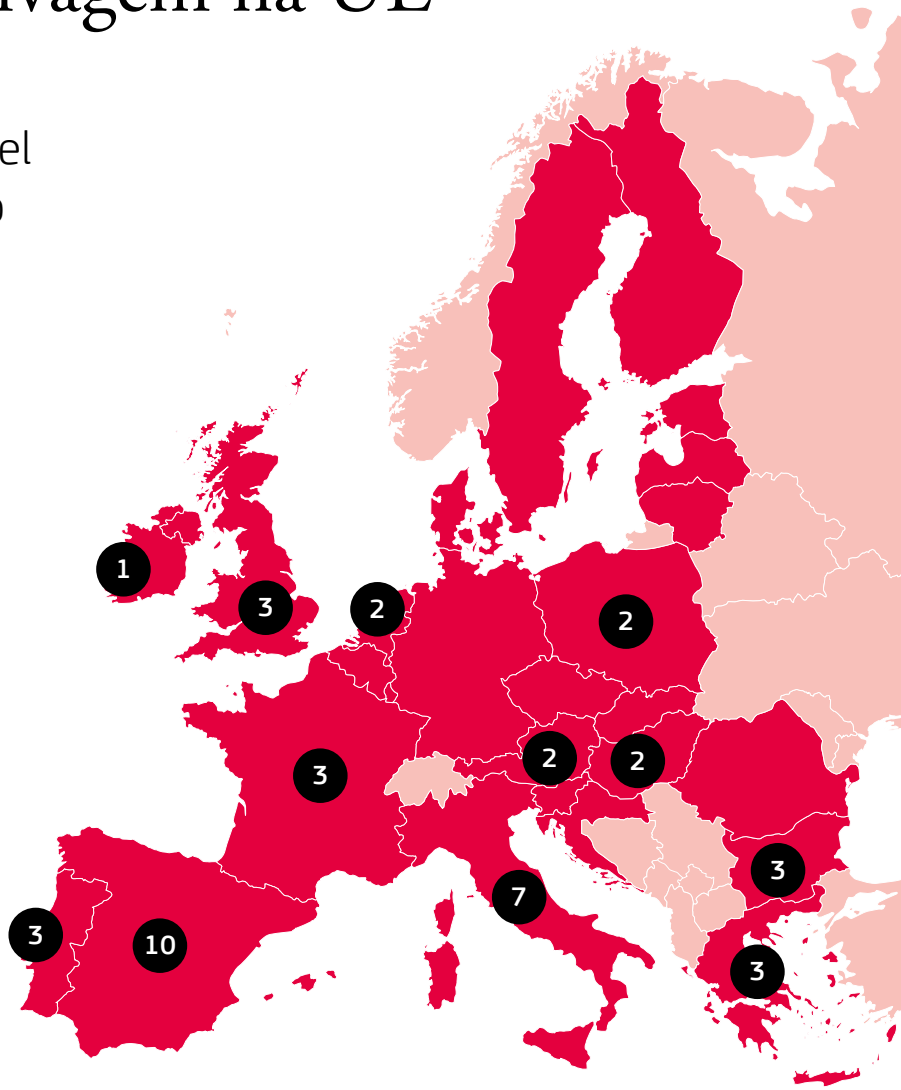
"Redigimos um relatório sobre abate que documenta a extensão do abate ilegal de aves no Mediterrâneo. E acabamos de lançar a campanha de abate 2.0 que cobre toda a Europa, bem como outros países, e estas são as melhores estimativas do número de aves afetadas por esse tipo de crime: o número de aves mortas assim como as espécies envolvidas ", diz Langhout.

"Somos também politicamente ativos em torno deste assunto. Temos apresentado queixas formais à Comissão [Diretiva Aves] e temos participado no Roteiro contra o abate ilegal de aves – e nas reuniões regulares entre a Comissão e as partes interessadas neste tema. Somos uma das organizações que implementam ações do Roteiro, e por isso observamos a monitorização – damos também à Comissão uma visão geral sobre o que acontece no terreno. Por exemplo, da última vez informámos as partes interessadas na Europa sobre os projetos LIFE que trabalham contra o abate ilegal de aves - e nós fazemos isso numa base regular. Participámos na reunião para garantir que todos estivessem ao corrente do que está a ocorrer acerca desta temática ", conclui.

O papel do LIFE na luta contra o crime na vida selvagem na UE

O LIFE desempenhou um papel fundamental nas ações piloto que podem ajudar a prevenir e reduzir a criminalidade da vida selvagem em toda a UE.

O programa investiu mais de 70 milhões de euros em mais de 40 projetos LIFE que visaram atividades ilegais relacionadas com a vida selvagem.



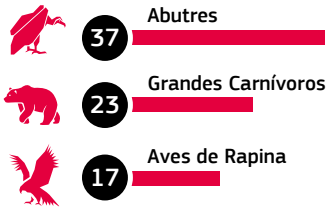
Localização dos projetos contra os crimes na vida selvagem (1992-2017)

O LIFE é o instrumento financeiro da UE que apoia projetos ambientais, de conservação da natureza e de ação climática em toda a UE. O LIFE é o único programa financeiro do orçamento da UE exclusivamente dedicado ao meio ambiente e, em particular, à conservação da natureza. Desde 1992, a LIFE co-financiou mais de 1 650 projetos, mobilizando mais de 2 biliões de euros para a conservação da natureza e da biodiversidade.

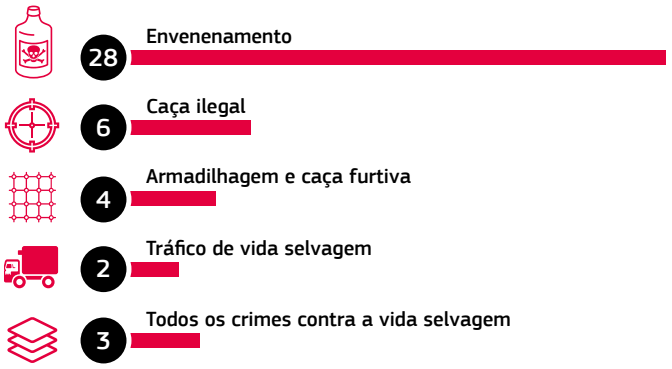
Dos 43 projetos LIFE que têm como alvo as atividades ilegais ligadas à vida selvagem, a maioria tem abordado o problema do envenenamento de espécies protegidas, em particular no que respeita às aves, tais como aves de rapina e abutres, bem como os grandes carnívoros. Como mostra a figura, os projetos também visaram outros crimes de vida selvagem, como caça furtiva, captura e abate ilegal, e tráfico de espécies, com três projetos abrangendo todos os crimes de vida selvagem.

Os projetos LIFE relativos aos crimes contra a vida selvagem estão maioritariamente localizados na Europa do Sul e Central (ver Figura 3), uma vez que, de acordo com o relatório Killing 2.0 da BirdLife, existe uma maior incidência de crimes contra a vida selvagem nestas regiões. No entanto, vários Estados-Membros, em particular na Europa Central, ainda não têm um projeto LIFE que responda às atividades criminosas contra a vida selvagem. É interessante notar que alguns projetos têm implementado ações transfronteiriças, como o projeto búlgaro Regresso do Britango, que também atua na Grécia (ver pp. 25-26 e 46-47).

Número de projetos por grupo de espécies protegidas (Diretivas Habitats e Aves)



Número de projetos LIFE relativos a crimes contra a vida selvagem



Lições de LIFE

O objetivo desta publicação é destacar como o LIFE apoia a execução da política de crime ambiental no seio da UE. A maioria dos projetos destacados desenvolveu ações que sustentam o Roteiro da União Europeia para eliminar o abate ilegal, o aprisionamento e o comércio de aves. As ações no Roteiro estão divididas em quatro categorias: monitorização e recolha de dados; intercâmbio de informação, formação e sensibilização; aspetos legais e de execução; e prevenção.

Exemplos de ações do projeto LIFE

Monitorização e recolha de dados:

- Compilação de casos (banco de dados) e relatórios de crimes de vida selvagem
- Identificar quais são as espécies alvo e tipos de atividades ilegais e a sua localização

Intercâmbio de informação, formação e sensibilização:

- Formação de agentes de execução
- Treino de cães para detetar iscos venenosos – algumas ações transfronteiriças
- Formação em recolha de provas (kits de veneno)
- Campanhas de informação pública contra o uso ilegal de veneno

Execução e aspetos legais:

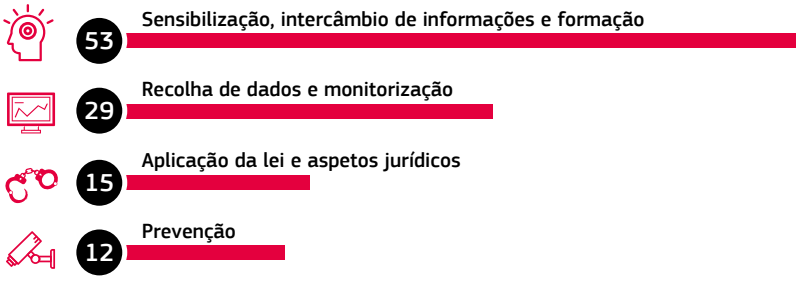
- Atualização / implementação de legislação, multas e sanções
- Formação especializada para os representantes do Ministério Publico
- Ajudar a criar e/ou recorrer a unidades especializadas de combate ao crime na vida selvagem dentro das forças policiais

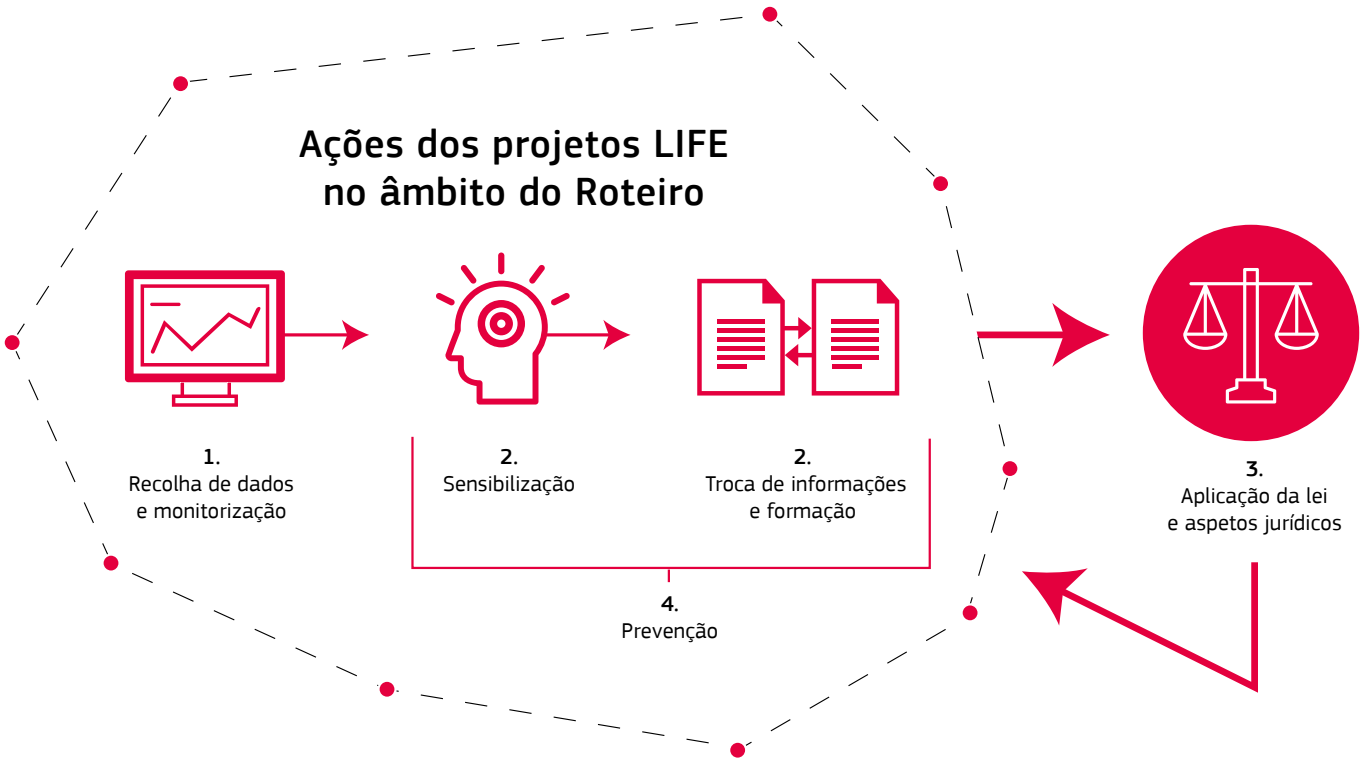
Prevenção:

- Criação de zonas de vigilância em colaboração com associações locais de caçadores

Foto: LIFE08 NAT/E/000062

Número de ações do projeto LIFE realizadas de acordo com o Roteiro para eliminar o abate ilegal, o uso de armadilhas e o comércio ilegal de aves





A figura acima mostra como os projetos LIFE podem contribuir para a abordagem integrada delineada no Roteiro. Os projetos que recolhem dados sobre atividades ilegais e fazem avaliação do problema (1.), podem levar a ações que vão desde a formação até à consciencialização (2.) em combinação com ações preventivas (4.). A aplicação e as competências legais são da responsabilidade dos Estados-Membros (3.). No entanto, algumas ações do projeto apoiam a implementação de aspetos legais, incluindo formação de polícias e funcionários aduaneiros para que possam defender a lei de forma mais eficaz. O projeto VENENO NO cobriu de forma exemplar desde bases de dados da recolha de dados para apoiar a aplicação da lei até a prevenção (ver pp. 20-21 e 55-56).

Principais conquistas dos projetos LIFE na luta contra crimes na vida selvagem

- *Monitorização e recolha de dados com novas tecnologias de marcação por satélite*
- *Banco de dados de incidentes (com potencial para se tornar pan-europeu)*
- *Patrulhas de deteção e prevenção de venenos em quase todos os países mediterrânicos da UE*
- *Redes anti-veneno envolvendo caçadores e pastores, etc.*
- *Articulação entre tecnologia e pessoas*
- *Envolver os meios de comunicação - tornar as pessoas mais conscientes no combate ao crime contra a vida selvagem*
- *Campanhas de sensibilização em todos os Estados-Membros*
- *Sensibilização especializada e formação para autoridades estaduais, policiais, aduaneiras, promotores públicos, advogados ambientais e juízes*
- *Penas pesadas aplicadas mais frequentemente*

Foto: © 2015 – LIFE14 PRE/UK/000002/Richard Bennett. All rights reserved. Licensed to the European Union under conditions.

Promovendo planos de ação para aves

O projeto EuroSAP é uma vasta iniciativa com três anos que reúne 13 parceiros, liderados pela BirdLife, para enfrentar as ameaças a 16 espécies. O objetivo deste projeto LIFE é melhorar as medidas de conservação para essas aves, estudando os seus ciclos de vida, as rotas migratórias e os constrangimentos contra a sua sobrevivência - incluindo a criminalidade na vida selvagem, que para muitas das espécies representa um problema significativo.

"O principal exemplo é o da rola brava (*Streptopelia turtur*), onde os números do abate ilegal são extremamente elevados tanto dentro como fora da UE", diz Wouter Langhout, responsável pela Política de Política da Natureza BirdLife da UE.

"Os abutres são também muito vulneráveis pois estão muito expostos aos iscos venenosos que encontram ao longo das suas rotas, deixando algumas das populações muito fragilizadas. A população do britango na Bulgária é muito suscetível ao envenenamento e essa população é muito pequena. Cada indivíduo conta nesta matéria".

Também enfatiza que o elevado número de incidentes por envenenamento em Espanha continua a ser um problema de relevo para a BirdLife. A abordagem da ONG para fazer face a este problema tem sido a elaboração de planos de ação de última geração. Refere ainda que "a implementação deste planos é da responsabilidade dos Estados Membros e a Comissão deve assegurar que assim aconteça".

Ferramentas de recolha e monitorização de dados:

- Redes de partes interessadas
- Linhas diretas / pontos de contato dedicado
- Equipas de cães
- Etiquetas satélite
- Pessoas

Boas práticas:

- Fazer uso de dados históricos
- Dar às pessoas uma ferramenta para denunciar casos
- Mobilizar redes locais para recolha de dados
- Fornecer protocolos sobre como lidar com casos de envenenamento
- Criação e harmonização de bases de dados europeias

1

Problema:
O envenenamento é a ameaça mais séria para muitas aves de rapina ameaçadas, como a águia imperial na Hungria. Avaliar o quando, onde, como e porquê dos casos se sucederem é essencial para reduzir a ameaça às espécies de aves protegidas..

Solução:
O projeto HELICON desenvolveu uma base de dados sobre crimes de aves para casos de envenenamento, abate por tiro e outras atividades ilegais contra aves de rapina na Hungria. O projeto de acompanhamento LIFE PannonEagle contribui para a expansão do banco de dados ao nível regional.

Resultado:
mais de 1 000 casos de crime contra aves na Hungria foram inseridos na base de dados do TOTEM. Em 2018 será alargado para incluir dados da Áustria, República Checa, Eslováquia e Sérvia. "Teoricamente, será possível recolher dados de toda a Europa no futuro", diz o gestor de projeto, Márton Horváth.

Leia mais na página 14.

2

Problema:
O tartaranhão-azul tal como outras espécies de aves protegidas sofrem, muitas vezes com altas taxas de mortalidade juvenil.

Solução:
A marcação por satélite de aves juvenis permite que as ONGs de conservação descubram as causas da mortalidade. Permite, ao mesmo tempo, revelar novos locais de abrigo e dá-nos uma nova visão sobre o comportamento das espécies protegidas.

Resultado:
Os dados de marcação por satélite estão a desempenhar um papel crucial na identificação de casos de crimes contra a vida selvagem. O facto de ser conhecido que as aves estão marcadas pode também impedir que as pessoas as abatam ilegalmente.

Leia mais na página 18.

3

Problema:
A falta de conhecimento dos venenos utilizados para matar ilegalmente aves e outros animais selvagens está a dificultar os esforços para enfrentar esse problema.

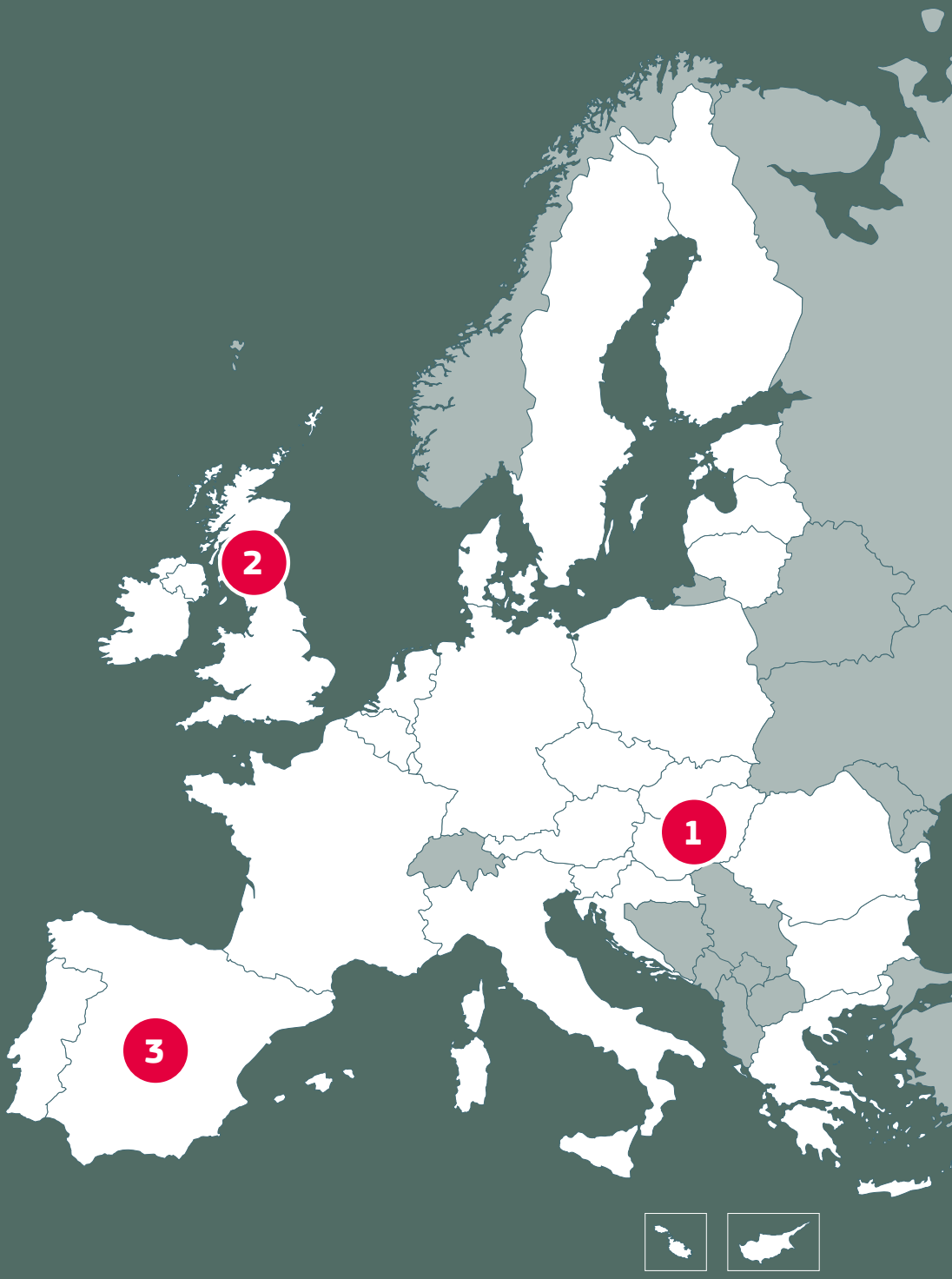
Solução:
VENENO NO ('Veneno Não"), um projeto LIFE em Espanha, analisou informações de mais de 4 000 casos de intoxicação ao longo de um período de cinco anos. Os dados revelaram a necessidade de controles mais fortes sobre o marketing e uso de produtos fitossanitários para evitar sua utilização em iscos envenenados.

Resultado:
As descobertas do projeto traduziram-se nos planos de ação nacionais e no Plano de Ação da UE para Prevenir o Envenenamento Ilegal de Vida Selvagem.

Leia mais na página 20.

Capítulo 1

Monitorização e recolha de dados



Rumo a uma base de dados europeia sobre crimes contra a vida selvagem

1

O projeto HELICON desenvolveu uma base de dados de crimes contra aves para casos de envenenamento, abate por tiro e outras atividades ilegais contra aves de rapina na Hungria.

O projeto de acompanhamento Life PannonEagle contribui para a expansão a base de dados em cinco países da Europa Central.

"Nós começámos a construir uma base de dados sobre crimes contra aves em 2007", lembra Márton Horváth, da BirdLife Hungria (MME) e gestor do projeto do projeto HELICON (ver caixa) e Life PannonEagle. O catalisador foi a perda de duas águias imperiais por envenenamento em 2005. A recolha sistemática começou com uma rede de veterinários e com a compilação de publicações. "Recolhemos todos os dados históricos conhecidos até 1975 e juntámos dados recentes recolhidos por nós e pelos nossos colegas nos Parques Nacionais", diz o Dr. Horváth.

O banco de dados HELICON é realizado em Excel, mas os dados também são publicados no Google Drive para que os parceiros do projeto possam ter acesso. Os principais dados incluem: o tipo de crime, localização, espécie, número de indivíduos afetados, qual a autoridade policial que investigou, relatórios veterinários e, em casos de envenenamento, qual o tipo de veneno.

Um grupo de trabalho anti-enveneno, estabelecido durante o primeiro projeto LIFE reuniu todas as organizações governamentais e não governamentais envolvidas na conservação de aves de rapina, como direções dos parques nacionais, policiais, veterinários e caçadores. Estes fornecem informações para o banco de dados e, por sua vez, podem ter acesso aos dados brutos. Por motivos de segurança o acesso público é restrito, mas os sumários dos relatórios estão disponíveis.

HELICON: uma visão geral

A Hungria é o lar da maior população da águia imperial oriental (Aquila heliaca) na UE, com 117 pares reprodutores registrados em 2010. Embora o número destas espécies ameaçadas tenha globalmente aumentado lentamente desde a década de 1980, houve também um aumento significativo dos casos de abate ilegal que ameaça reverter esta tendência positiva. Mais de 50 águias imperiais foram envenenadas na Hungria nos anos que antecederam o início da HELICON. Este projeto LIFE teve como objetivo reduzir significativamente a mortalidade não natural de águia. Isto foi conseguido através de medidas para acompanhar e proteger as águias e permitir que se reproduzam com sucesso; foram também implementadas medidas para monitorizar os incidentes relacionados com a caça ilegal, e foi criada uma base de dados de crimes contra aves, assim como se estabeleceram protocolos para investigar estes casos; foram também implementadas medidas para aumentar a consciencialização das partes interessadas em métodos de gestão cinegética amigos das águias e, de sensibilização junto do público para a conservação deste tipo de aves de rapina e quais os efeitos negativos dos venenos.
O projeto ajudou as autoridades húngaras a detetar e processar criminalmente mais casos de envenenamento, levando a cinco condenações. Houve uma redução significativa no número de casos de envenenamento da águia imperial (de 16 em 2012, para 1 em 2016). Isso ajudou a reduzir a taxa de mortalidade das espécies. Na Hungria a população reprodutora conhecida da águia imperial atingiu já os 200 pares.

Leia mais: http://www.imperialeagle.hu/

Foto: MME/Márton Horváth

"Este projeto é para cinco países mas, teoricamente, será possível recolher dados de toda a Europa no futuro".

Foto: MME/Márton Horváth

Recolher os dados

O HELICON desenvolveu três protocolos contra os crimes na vida selvagem, para veterinários, forças policiais e investigadores. "Nós também desenvolvemos um fluxograma de protocolo para se alguém encontrar uma carcaça ou isco envenenado no campo. Ao testar todas as possibilidades "sim ou não", é possível categorizar os dados. Se houver suspeitas de envenenamento acidental ou ilegal entrará no banco de dados de crime contra aves ", explica o Dr. Horváth. "Um caso comum de [envenenamento acidental de] águias é, por exemplo, quando os caçadores utilizam chumbo e ocorre acumulação que pode causar intoxicação."

O beneficiário do projeto, a MME, criou um fomulário de denúncia on-line, um número de telefone e ulendereço de e-mail dedicados, para que qualquer um possa denunciar uma suspeita de envenenamento. "Nós gerimos uma linha direta mas, para ser sincero, houve poucas denúncias por parte do público", diz o Dr. Horváth, "mas serve como uma boa ferramenta para operar em rede".

A linha direta é operada por Gábor Deák que está no campo várias vezes por semana como chefe da unidade de cães (ver pp. 46-47). A unidade canina pode responder rapidamente às denúncias e é uma fonte importante de dados por envenenamento. Eles estão diretamente ligados ao novo banco de dados on-line através de um sistema de GPS, que acompanha o cão e o tratador. Recebemos cerca de 50 chamadas por ano do público, o que representa cerca de 10% das chamadas, e 90% das restantes são feitas pela comunidade de conservação, caçadores ou veterinários ", explica o Sr. Deák.

Nos parques nacionais da Hungria existe uma rede de cerca de 250 vigilantes da natureza e 300 voluntários que participam na monitorização de aves de rapina e que fornecem informações valiosas sobre crimes contra a vida selvagem. Os vigilantes da natureza têm também contatos diretos com os agricultores locais; por norma os agricultores contactam os vigilantes da natureza que, posteriormente, contactam a linha direta do MME. Os caçadores são encorajados a denunciar os crimes contra aves através da Câmara Nacional dos Caçadores Húngaros, que é um parceiro do projeto.

No final do projeto HELICON (2012-2016), a base de dados de crimes contra aves tinha já 1 023 registos, envolvendo 2 350 espécimes (incluindo 252 águias imperiais). Foram registados 147 casos de envenenamento de aves (dos quais 89 são ilegais, 14 acidentais e 44 casos de intoxicações suspeitas).

Construindo o banco de dados TOTEM

O projeto LIFE em curso permite que a equipa de informática no centro de monitorização da MME desenvolva e programe uma base de dados on-line chamada TOTEM. "Esta base incorporará todos os tipos de dados de mortalidade em aves, animais, répteis e anfíbios, mas terá uma seção especial sobre a questão do envenenamento", diz o Dr. Horváth.

No Centro de Monitorização procede-se neste momento à harmonização das quatro bases de dados desenvolvidas pela HELICON (ninho de águia, monitoração de águia, pássaros marcados por satélite e crime de aves), juntamente com outros bancos de dados do MME. Um dos principais objetivos é canalizar todos os dados para um atlas de aves para a Hungria, dentro do banco de dados MAP (Madáratlasz Program).

Novos métodos de recolha de dados sobre crimes de aves estão também a ser explorados. "Existe uma aplicação on-line que foi preparada pelo nosso parceiro BirdLife Áustria, de forma que já temos uma aplicação móvel para recolher dados, o nosso plano é ligar esta informação ao banco de dados do TOTEM", diz o Dr. Horváth.

TOTEM (não um acrónimo, mas um jogo de palavras para 'animal morto') é construído em torno de três níveis de dados, explica o Dr. Horváth. "O primeiro corresponde a um caso específico, por exemplo, onde um perpetrador coloca veneno numa área e as carcaças são encontradas em locais diferentes". Neste aspeto, o TOTEM encontra todos os documentos relevantes para o caso em causa (por exemplo, polícia e documentação para ser levada a tribunal).

"O segundo nível, que chamamos de evento, tem uma data e localização exatas", continua. As coordenadas no banco de dados para eventos estão ligadas ao Google Maps para visualizar os locais. "Num local, por exemplo, encontramos três águias sapeiras e dois corvos. Cada espécime encontrado terá então um arquivo no terceiro nível. Para isso, podemos fazer upload de fotos, documentos veterinários sobre espécimes individuais, concentração de veneno, e assim por diante".

Rumo a uma base de dados europeia

O TOTEM (totem.mme.hu) traz grandes vantagens em termos de relatórios de dados em comparação com o Excel. Quando um novo caso é adicionado aparece instantaneamente nos mapas, por exemplo, enquanto os sumários podem ser gerados automaticamente.

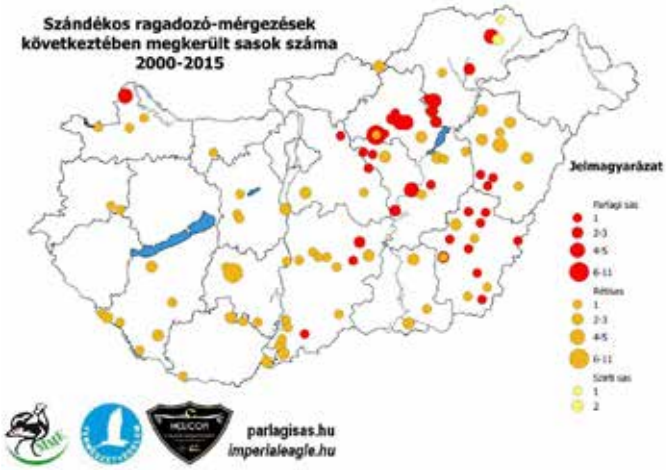
A equipe PannonEagle LIFE está tentar untrapassar os desafios colocados pela fusão das bases de dados nacionais numa base de dados regional. "Temos mais de 1 080 registos para a Hungria. Em todos os países os nossos parceiros estão a recolher dados, mas em diferentes formatos, pelo que gostaríamos de juntar tudo na mesma base de dados ", diz o Dr. Horváth. "O nosso objetivo é finalizar a versão húngara da base de dados e, no início de 2018, começar a importar dados dos outros quatro países PannonEagle: Áustria, República Checa, Sérvia e Eslováquia".

A Câmara dos Caçadores

A Câmara Nacional dos Caçadores Húngaros (HHNC) representa cerca de 3 500 membros da comunidade de caça. Gábor Kovács do HHNC explica que a Câmara participou no projeto LIFE para demonstrar o compromisso em proteger a águia imperial.

Durante o projeto foram organizadas sessões de esclarecimento durante os dias de treino anual dos caçadores. "As consequências dos abates ilegais foram claramente demonstradas ao público. A este respeito, as mudanças de atitude são percetíveis ", diz Kovács. "Há muitos interesses comuns entre a gestão da caça e a proteção da natureza", acrescenta.

A escala nacional da HHNC, com membros ecologicamente conscientes podem contribuir significativamente para denunciar ações ilegais, observa o Sr. Kovács.



LIFE10 NAT/HU/000019
Título: Conservation of imperial eagles by managing human-eagle conflicts in Hungary
Beneficiário: MME BirdLife Hungary
Contato: Márton Horváth
Email: horvath.marton@mme.hu
Website: http://imperialeagle.eu/
Duração: 01-01-2012 a 31-12-2016
Orçamento total: 2 100 000 €
Contribuição LIFE: 1 600 000 €

Carbofurano

"Carbofurano é a substância que encontramos na maioria das vezes em iscos de veneno ilegais, embora tenhamos casos de forato e recentemente alguns casos de anticoagulantes que são utilizados como raticidas," diz o Dr. Horváth.
Ákos Horváth do Departamento Nacional Húngaro de Investigação (nenhuma relação com Dr. Horvath) explica que existem três fontes de carbofurano: "Em primeiro lugar existem alguns stocks antigos. Até 2008 era legal usar na Hungria e nos países vizinhos. No entanto, a partir dos métodos de envenenamento verificamos que provêm principalmente da Áustria, onde têm uma marca diferente de Carbofurano que é roxo. Na Hungria é branco ou vermelho. Nós até encontrámos esta marca roxa no canto sudeste da Hungria, por isso deve ser um comércio ilegal. A terceira fonte é provavelmente um comércio ilegal da Ucrânia e Sérvia. Ainda é legal usar carbofurano na Ucrânia, e provavelmente existem grandes stocks ilegais na Sérvia "

A marcação por satélite fornece aos conservacionistas e às forças policiais dados-chave

2

O projeto LIFE tartaranhão-azul está a dar à RSPB a oportunidade de criar o programa de marcação por satélite de maior alcance até hoje realizado para monitorizar uma espécie de ave de rapina.

O co-financiamento LIFE permitiu que a ONG com sede no Reino Unido treinasse e conseguisse licenças de marcação oficiais para sete membros de sua equipa que investigam altas taxas de mortalidade entre aves juvenis, muitas dos quais se pensa que morrem durante caçadas ilegais em áreas de habitat de tetrazes. "A marcação por satélite LIFE permite-nos descobrir porque morreram e ajudam-nos a entender se há algo que possamos fazer", diz a gestora do projeto, Cathleen Thomas.

Embora tenha sido calculado que o habitat do Reino Unido poderia criar e manter 30 pares tartaranhão-azul, apenas três pares foram criados com êxito em 2016. A marcação também revelou novos locais de nidação e produziu novos conhecimentos sobre o comportamento da ave de rapina.

Os dados de marcação também desempenham um papel crucial nas investigações dos abates ilegais, pois indicam claramente a localização de um incidente. A equipe de investigação da RSPB reúne provas e encaminha-as para o oficial da polícia contra os crimes da vida selvagem. A Sra Thomas acredita que a marcação pode também ser dissuasora, dado que o número de aves marcadas é desconhecido. Em 2016 foram marcados 12 aves, dos quais apenas cinco ainda estavam vivos um ano depois. Claramente, ainda há muitos progressos a fazer, mas a marcação por satélite tem provado ser uma ferramenta-chave na luta contra a perseguição de tartaranhão-azul.

A história de um técnico-marcador

A marcação de aves não é nova mas a nova tecnologia tornou-se mais fiável e melhorou a qualidade dos dados. Os localizadores reduziram de tamanho, de modo que mais e mais espécies de aves podem ser marcadas com segurança. No Reino Unido, para obter uma licença da Sociedade Britânica de Ornitologia para colocar um localizador numa ave é exigida uma formação de pelo menos 3 anos. "A razão pela qual demora tanto tempo é porque é necessário certificar-se de que o localizador se encaixa na ave de uma maneira particular, de modo que não tenha nenhum impacto sobre essa ave quando ela deixar o ninho", diz Mark Thomas um oficial de investigações da RSPB na Inglaterra, que foi oficialmente treinado para colocar localizadores de satélite em aves de maior porte, como aves de rapina.

Antes de colocar um localizador pela primeira vez, os formandos praticam em pássaros modelo, "essencialmente brinquedos", que a RSPB produz para esse fim, explica. "O localizador satélite [usado no projeto LIFE] é como uma mochila que o pássaro põe nas costas e as tiras para a mochila são colocadas sob as asas do pássaro e apertam-se de maneira particular".

Os métodos variam para diferentes espécies, e as aves maiores podem transportar localizadores maiores. Por exemplo, o tartaranhão-azul fêmea é maior do que o macho e os localizadores nas aves do projeto LIFE foram capazes de transmitir dados diariamente. Os machos foram equipados com um dispositivo menor que apenas enviava informações a cada dois ou três dias.

Foto: Guy Anderson

"Não queremos que as aves sejam mortas após seis semanas de marcação mas pelo menos o localizador diz-nos o que está a acontecer".

O momento de colocação do localizador é crucial: a altura ótima é um ou dois dias antes de o juvenil poder voar e, para fazer esta avaliação, os monitores visitam o local do ninho várias vezes antes da marcação. Uma vez com o localizador no lugar, a equipa de pesquisa começa imediatamente a receber os dados da ave. "Alguns irão imediatamente percorrer longas distâncias; alguns ficarão dentro do território do ninho - mas é possível observar os dados no site todos os dias. Se é uma ave "voltada para o público", então começamos a atualizar o site e dizer às pessoas onde o pássaro está e o que está a fazer ".

Se o transmissor parar ou der um sinal sempre do mesmo local a equipa irá suspeitar que algo aconteceu e vai investigar. Se foi abatida ilegalmente, muito provavelmente o localizador já terá sido destruido e a ave removida. Algumas vezes as aves atingidas podem ser recuperadas caso não tenham sido abatidas de imediato. "Porque quando recebemos informação que a voltagem do localizador está a diminuir e não há movimento, vamos para o local onde obtivemos sinal pela ultima vez, procuramos o terreno e encontramos a ave", explica Thomas.

"No ano passado, nós tínhamos o Rowan e a Carol, duas aves marcadas pelo projeto, que foram encontradas mortas, que quando foram levadas para análise se concluiu terem sido baleadas."

Campanha para uma melhor aplicação da lei

A transparência é a palavra de ordem do projeto LIFE. "Se estas aves estão a ser abatidas por caçadores ilegais, o que sabemos que está a acontecer, então é nosso dever absoluto levar essa informação para o domínio público", diz Thomas.

"É um direito das pessoas conhecer a natureza dos factos para poderem fazer campanhas e pedir uma melhor aplicação da lei contra os crimes na vida selvagem". Na verdade, a polícia identificou a perseguição a aves de rapina como uma prioridade nacional no âmbito do combate crime na vida selvagem, identificando o tartaranhão-azul como uma espécie-chave.

O projeto também protege os ninhos tornando mais difícil o acesso a estes. Enquanto a maioria dos locais de nidificação nos últimos anos têm sido em terrenos geridos para conservação - e muito poucos terrenos privados – os indivíduos ainda se encontram vulneráveis.

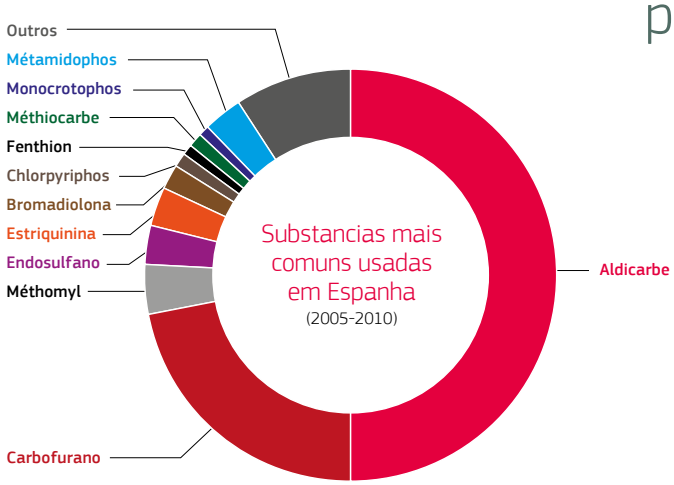
Os machos podem caçar até 15 km de distância do ninho e, portanto, podem ser "apanhados" em propriedades vizinhas, reconhece o Sr. Thomas. No entanto, o localizador está a fornecer uma imagem do que está a acontecer com essas aves, o que anteriormente não estava disponível. "Claramente, não queremos que as aves sejam mortas após seis semanas de marcação, mas pelo menos o localizador diz-nos o que está a acontecer".

LIFE13 NAT/UK/000258
Título: LIFE hen harriers
Beneficiário: The Royal Society for the Protection of Birds
Contato: Nick Folkard
Email: nick.folkard@rspb.org.uk
Website: http://ww2.rspb.org.uk/our-work/conservation/henharrierlife/
Duração: 01-07-2014 a 30-06-2019
Orçamento total: 2 270 000 €
Contribuição LIFE: 1 135 000 €

3

Conheça o veneno

O projeto VENENO NO recolheu dados extensivos sobre os venenos usados para abater aves ilegalmente.



O banco de dados resultante é um recurso valioso para entender e combater os crimes contra a vida selvagem.

"A recolha de dados sobre envenenamento permitiu-nos observar o que se passa em Espanha", afirma David de la Bodega Zugasti, coordenador do projeto VENENO NO (2010-2014) e atualmente coordenador da Rede Europeia contra Crime Ambiental (ENEC) na SEO / BirdLife.

Um estudo realizado pelo projeto, abrangendo os anos de 2005 a 2010, analisou 4 395 exemplares de várias espécies mortas por iscos envenenados em Espanha. A literatura mostra que apenas cerca de 7% a 10% dos animais envenenados são encontrados. Desta forma, a SEO / BirdLife estimou que cerca de 45 mil animais poderão ter sido mortos por venenos ao longo destes cinco anos. Entre os indivíduos encontrados estavam espécies altamente ameaçadas, como o milhafre-real *(Milvus milvus*: 297), a águia imperial ibérica (*Aquila adalberti*: 30) e o quebra-ossos (*Gypaetus barbatus*: 13).

A análise foi conduzida em colaboração com o IRCE (Instituto Espanhol para Pesquisa de Animais e Animais Selvagens), que também ajudou a formular um protocolo padrão para laboratórios toxicológicos e centros de resgate de animais selvagens, a fim de ser utilizado quando se trata de morte por envenenamento ilegal.

O relatório do projeto revelou que mais de 70 substâncias foram usadas para preparar iscos envenenados. Estes eram principalmente produtos fitossanitários e biocidas. Os mais utilizados foram aldicarbe (50%) e carbofurano (22%), ambos proibidos na UE (ver figura).

Um total de 1 694 iscos com veneno foram recolhidas, principalmente pedaços de carne. Em algumas vezes, a equipa do projeto encontrou carcaças inteiras impregnadas com veneno e usadas como isco. Alimentos comuns usados como isco incluem pão, ovos e peixe enlatado. Tais iscos representam um perigo potencial para as pessoas, particularmente quando colocadas em parques e outros espaços públicos.

A análise dos dados mostrou que mais de 70% dos casos estavam relacionados com venenos usados para erradicar predadores competindo com espécies cinegéticas (por exemplo, perdizes ou coelhos). Outros casos foram associados com apicultura (8%), pecuária (5%) e situações urbanas (9%), onde os animais domésticos (cães e gatos) foram as principais vítimas.

A pesquisa, por exemplo, de vendas pela Internet, revelou a existência de um comércio no mercado negro a partir de stocks de pesticidas proibidos que não haviam sido eliminados. A equipe do projeto concluiu que havia uma necessidade de controles mais fortes sobre o marketing e o uso de produtos fitossanitários, para evitar seu uso em iscos envenenados.

"Um dos principais desenvolvimentos que se seguiram ao projeto foi o Plano de Ação da UE para Prevenir o Envenenamento Ilegal contra a Vida Selvagem", diz de la Bodega. "Isso foi baseado em planos de ação desenvolvidos no âmbito do projeto LIFE."

LIFE08 NAT/E/000062
Título: VENENO NO – Action to fight illegal poison use in the natural environment in Spain
Beneficiário: SEO/BirdLife
Contato: David de la Bodega
Email: ddelabodega@seo.org
Website: http://www.venenono.org
Duração: 01-01-2010 a 30-03-2014
Orçamento total: 1 672 000 €
Contribuição LIFE: 647 000 €

Foto: © ARurales-Cataluña

VENENO NO: uma visão geral

O objetivo do projeto VENENO NO ('Sem Veneno') era reduzir o uso ilegal de veneno em Espanha. Isso foi feito através da implementação de ações recomendadas pela estratégia nacional da Espanha contra o uso ilegal de iscos envenenados no campo. Este trabalho centrou-se em três pilares: processo judicial; prevenção e dissuasão; e aperfeiçoar o conhecimento e a informação. Os principais resultados do projeto foram a capacitação para investigar e processar casos de envenenamento e colocar o envenenamento contra a vida selvagem na agenda política de Espanha.

Leia mais: https://www.venenono.org/

"A recolha de dados sobre envenenamento permitiu-nos observar o que se passa em Espanha".

Foto: © Guardia Civil SEPRONA

1

Problema:
Não há mecanismos dissuasores suficientes para fazer com que as pessoas parem de deixar iscos envenenados.

Solução:
Projetos como o LIFE Grifo em Itália, e o Retorno do Britango, na Grécia, investiram em unidades caninas anti-veneno.

Resultado:
Evidências circunstanciais sugerem que estas unidades caninas estão a ter um verdadeiro efeito dissuasor.

Leia mais na página 24.

2

Problema:
Colocar veneno para proteger o gado e caça ainda é considerado um "mal necessário" em muitas partes da Europa. No entanto, esta prática ilegal tem muitas consequências negativas em espécies protegidas, cães de trabalho e animais de estimação.

Solução:
Como parte projeto Retorno do Britango, a Sociedade Helénica de Ornitologia construiu uma considerável rede anti-veneno que envolve pastores, caçadores e outros membros das comunidades locais.

Resultado:
Mais de 150 participantes aderiram à rede anti-veneno em Epirus, Grécia. "Parece haver menos e menos incidentes com veneno", diz o coordenador da rede, Haritakis Papaioannou.

Leia mais na página 25.

3

Problema:
São necessários métodos mais eficazes para impedir as pessoas de caçar espécies de aves protegidas. Tecnologia mais avançada seria bem-vinda.

Solução:
Os projetos LIFE estão a introduzir inovações como "indicadores de corpo morto" e sistemas de patrulha inteligentes que impedem os caçadores ilegais e podem ajudar na fiscalização. Tecnologias implementadas como armadilhas fotográficas também foram executadas com grande sucesso pelas equipes de projeto da LIFE..

Resultado:
Um sistema de patrulha inteligente na Grécia impediu qualquer aumento de mortalidade do ganso de peito branco, uma espécie classificada como vulnerável pela IUCN. Armadilhas fotográficas que observam os ninhos de águia de Bonelli na Sardenha impediram a caça ilegal em 2017. E o uso de protótipo de "indicadores de corpo morto" apoiados por uma grande rede de voluntários e caçadores conscientes está a ajudar a implementar o plano nacional de Itália contra a caça ilegal de aves.

Leia mais na página 27.

4

Problema:
Em alguns lugares, as aves protegidas são mortas se se persistir em métodos de caça tradicionais que não discriminam espécies.

Solução:
Partilhar uma mensagem positiva sobre a biodiversidade nas escolas pode ser uma forma eficaz de comunicar os objetivos de conservação das aves, como demonstrado pelos esforços dos projetos LIFE na Sardenha e na Bulgária.

Resultado:
Mentes jovens envolvidas ajudarão a abrir os olhos das gerações mais velhas para o problema, sem apontar dedos.

Leia mais na página 30.

5

Problema:
Consciência de que os atentados contra a vida selvagem são de facto um crime é muito baixa em algumas partes da Europa.

Solução:
A Sociedade Búlgara para a Proteção das Aves criou um esquema de prémios através de um projeto LIFE para recompensar indivíduos que "protegem as florestas e águias da Bulgária". No Chipre foi lançada uma campanha de comunicação em grande escala para aumentar a consciencialização sobre o impacto da captura ilegal de aves para a biodiversidade.

Resultado:
Ao reconhecer 35 indivíduos, incluindo sete que participaram de ações judiciais contra crimes contra a vida selvagem, a campanha da BSPB aumentou a consciencialização sobre esta temática na Bulgária. Tornar o crime contra a vida selvagem público e visível fará a diferença. No Chipre, após a campanha do projeto LIFE, os inquéritos demonstraram um aumento significativo da consciencialização no que respeita à caça e aprisionamento de aves.

Leia mais na página 31.

6

Problema:
A pesca ilegal é uma grande ameaça para as aves de zonas húmidas e para as unidades populacionais de peixes em alguns locais da Natura 2000.

Solução:
Os projetos LIFE na Bulgária e na Itália estabeleceram protocolos anti-caça furtiva como suporte às ações das forças policiais. Estes tiveram um impacto maior envolvendo associações de pesca e caça, bem como conservacionistas.

Resultado:
Na Bulgária, o "LIFE para os Lagos Bourkas" estabeleceu uma parceria que tem aumentado a notificação da pesca ilegal, reduziu as violações e começou a desenvolver atividades económicas sustentáveis, como a pesca desportiva em vez da pesca comercial ilegal. O projeto LIFE BARBIE na Itália estabeleceu um protocolo com associações de pesca que abriu portas ao diálogo com as autoridades públicas.

Leia mais na página 33.

Capítulo 2

Prevenção da criminalidade contra a vida selvagem

7

Problema:
A pesca ilegal do esturjão do Danúbio ameaça a sobrevivência a longo prazo desta espécie protegida. Esta atividade de pesca está intimamente ligada ao comércio ilegal de caviar.

Solução:
Um par de projetos LIFE trabalhou em estreita colaboração com as comunidades piscatórias, tanto do lado romeno como do lado búlgaro do baixo Danúbio. Estes abordaram as causas da pesca ilegal e forneceram alternativas economicamente viáveis.

Resultado:
O projeto inicial LIFE "Salvar os Esturjões do Danúbio", aumentou a consciencialização local sobre o problema por meio de uma equipa de "defensores do esturjão", que estabeleceram uma ponte entre as autoridades e as comunidades piscatórias. A confiança estabelecida pelo primeiro projeto possibilita que o projeto LIFE "Salvar os Esturjões do Danúbio", ainda a decorrer, aumente o apoio à proibição da pesca do esturjão e a consciencialização sobre a proibição entre revendedores e aumente a capacidade de impor a proibição da pesca e do comércio. Também está a desenvolver um negócio piloto para demonstrar que existem alternativas de comércio.

Leia mais na página 36.

Patrulhas de cães impedem envenenadores

1

Foto: LIFE10 NAT/BG/000152

"As patrulhas servem não só para descobrir as provas do envenenamento, mas também para que a comunidade saiba que o envenenamento de animais é um crime e que as autoridades estão comprometidas em processá-lo criminalmente."

Mais de 20 projetos LIFE mostraram que a criação de patrulhas para deteção de veneno podem ser um meio eficaz de dissuasão do crime contra a vida selvagem. As patrulhas de cães identificaram áreas de foco específicas de envenenamento e contribuíram para o aumento de denúncias de envenenamento por parte das populações.

A primeira unidade anti-veneno de cães da Sardenha foi criada graças ao LIFE Grifo, um projeto para conservar o grifo (*Gyps fulvus*) na ilha. A unidade canina é uma iniciativa conjunta do departamento de medicina veterinária da Universidade de Sassari, que treina e abriga os animais, e da polícia regional de proteção ambiental, que realiza patrulhas durante o ano, numa média de quatro a seis vezes por mês.

"As patrulhas servem não só para descobrir as provas do envenenamento, mas também para que a comunidade saiba que o envenenamento de animais é um crime e que as autoridades estão comprometidas em processá-lo criminalmente", explica a gerente de projeto Fiammetta Berlinguer, da Universidade de Sassari. "Antes das patrulhas, as unidades caninas anti-veneno vão para as vilas, distribuem panfletos e conversam com as pessoas para que todos saibam quais os riscos do envenenamento e, subsequentemente, são também motivadas a denunciar estes casos às autoridades." Mais casos continuam a ser denunciados e os parceiros do projeto planeiam continuar as inspeções rastreadas por GPS num futuro próximo.

Os iscos com veneno são um grande problema para as espécies de abutres alvo do projeto Retorno do Britango na Grécia. As equipas de cães trabalham em resposta (rápida) às chamadas da rede de partes interessadas que o projeto criou. Elzbieta Kret, da WWF Grécia, é uma tratadora de cães, que trabalham com o Malinois, Kiko. Ela explica que o uso de cães é principalmente uma medida preventiva. "Quando o público vê um cão a farejar um isco venenoso, as pessoas concluem que o serviço florestal e a polícia se importam com o uso de venenos", diz ela. "E isso poderá fazê-los pensar duas vezes antes de lançar iscos venenosos."

Equipas de cães para lobos

O projeto LOBO NOS ALPES criou equipes anti-veneno de quatro ou cinco cães e respetivos tratadores nas partes leste e oeste da cordilheira. Este projeto teve como objetivo impedir posssiveis envenenadores de matarem lobos que regressam a estas áreas dos Alpes. As novas equipas trabalham lado a lado com as equipas anti-caça furtiva dos guardas florestais, ou guardas dos serviços florestais nos casos de envenenamento. Atualmente, decorrem quatro grandes investigações graças ao projeto.

O apoio por parte dos caçadores tem sido crucial. O projeto envolveu distritos de caça, que são apoiados por um guarda pago pelos caçadores, para cooperar com as equipas de cães nos seus esforços para a recolha de provas. "Em geral, os caçadores apoiam, especialmente em áreas onde os lobos voltaram recentemente", afirma Francesca Marucco, gerente técnica do projeto.

Ela também acredita que as equipas de cães têm um efeito dissuasor: "Este é o resultado mais importante de todo o trabalho", conclui.

Egyptian vulture (Neophron percnopterus) • Foto: Bogdan Boev

2 Desenvolvendo uma rede anti-veneno

Um projeto LIFE trabalha diretamente com uma rede de partes interessadas no noroeste da Grécia que estão diretamente envolvidas na luta para impedir o uso ilegal de iscos com veneno. Haritakis Papaioannou da Sociedade Helénica de Ornitologia (HOS) é coordenador da Rede de Partes Interessadas contra o envenenamento de animais selvagens na região do Épiro.

"Eu sou daqui e por isso tenho boas ligações com as pessoas que vivem nas montanhas", explica Haritakis Papaioannou. "Provavelmente se alguém de Atenas tentasse o contato com eles, talvez não fossem tão bem sucedidos para que as pessoas participassem!"

A rede começou em 2012 como parte do "Regresso do Britango", um projeto LIFE para conservar o britango (*Neophron percnopterus*). "As coisas progrediram pouco a pouco", lembra Papaioannou. "Mais pessoas aderiram mês após mês. Agora temos mais de 150 membros que vivem e têm ligações ao campo: pastores, caçadores, polícia de fronteira e assim por diante."

Lições

- Criar redes locais anti-veneno
- Pessoas respeitáveis da comunidade local para liderar / mobilizar as redes
- Conhecer as pessoas nos seus próprios termos e nos seus próprios lugares (cara a cara nos lugares que frequentam, não do topo para baixo através de reuniões organizadas)
- Mostrar como resolver o problema - da perda de cães por veneno
- Trabalhar com associações de caça, não contra elas
- Dar aos membros da rede um sentimento de pertença e motivação para continuar
- Mantenha sua rede - mantenha contato.

História de um pastor

George Spanos é um agricultor de 56 anos que cuida de um rebanho de 500 ovelhas da sua família. Do final do outono ao início do verão, as ovelhas pastam na planície da cidade de Konitsa, em Épiro, perto da fronteira com a Albânia. A cada verão, Spanos passa três horas com metade do rebanho numa das áreas mais remotas e montanhosas da Grécia, a Garganta Aoos, no parque nacional Vikos Aoos.

Spanos sofreu as consequências negativas não intencionais do veneno em várias ocasiões. "A última vez foi há cerca de três anos, quando cinco dos meus cães pastores desapareceram por seis meses. Eu encontrei um e levei-o ao veterinário. Tinha sido envenenado com metomil, provavelmente abatido por caçadores de javali.

"O uso de veneno em pastagens onde há grandes carnívoros - especialmente ursos e lobos - é um grande problema para pessoas como eu. Quando se perdem os cães-pastor por causa de iscos, especialmente cães mais velhos e experientes, isso deixa um rebanho inteiro vulnerável a predadores", diz ele.

'Com o inicio da rede anti-veneno tem havido menos envenenamentos ", diz Spanos. Ele também acredita que há menos pessoas a colocar iscos com veneno, "no entanto, as que o fazem tendem a fazê-lo repetidamente.

Spanos diz que a rede anti-veneno é a melhor oportunidade que os pastores têm para trabalhar juntos para resolver este problema, enquanto também impede que a natureza se torne mais pobre ano após ano. "Quem são as melhores pessoas para proteger espécies raras? Pessoas que vivem e trabalham permanentemente no campo, como os pastores", proclama.

"Quase todos os pastores e metade dos caçadores perderam pelo menos um cão por causa do envenenamento".

Cafés e binóculos

Ganhar a confiança da comunidade local tem sido crucial para construir a rede anti-veneno. Isso significa conhecer as pessoas nos seus próprios termos e num momento que lhes convém. "Reuniões públicas não são um bom método. É melhor ir diretamente para onde as pessoas estão, por exemplo, para os cafés onde eles vão após a ordenha de manhã, da tarde ou da noite ", explica Papaioannou.

Em geral, a rede foi muito bem-recebida. "Mesmo que as pessoas não queiram participar, elas sabem que o veneno é um grande problema. Quase todos os pastores e metade dos caçadores perderam pelo menos um cão por causa do envenenamento", diz ele.

"Nós cooperamos diretamente com a associação local de caça, os guardas de caça e o conselho regional de caça. Isso torna mais fácil convencer os caçadores locais a participar", explica Papaioannou.

A rede Epirus também inclui representantes das principais autoridades estatutárias e grupos de interesse locais: "A associação de amigos dos cogumelos ou um clube de caminhadas da aldeia, por exemplo", aponta Papaioannou. Os membros da rede telefonam para ele quando encontram um animal suspeito de envenenamento. "Alguns deles discutem com outros pastores, outros caçadores, e desta forma os potenciais envenenadores sabem que as pessoas locais estão a observar e ao mesmo tempo a proteger a sua área", acrescenta.

"Eu digo a todos os membros da rede para chamar a autoridade florestal mais próximo ou força policial para participar o incidente suspeito. Às vezes as agências não podem comparecer pessoalmente, e nesse caso eu mesmo vou e passo os detalhes para o serviço florestal ou para a polícia ", explica Papaioannou.

Um papel importante desempenhado pela rede é demonstrar que existem alternativas eficazes para proteger o gado sem ser com veneno. "Nós oferecemos 27 cercas elétricas e cerca de 60 pares de binóculos para os membros mais ativos da rede", diz ele. "Quando as pessoas sentem que pertencem, sentem o dever de participar, dar informações e nos ajudar."

O legado do LIFE

Sr. Papaioannou diz que a rede anti-veneno já teve um impacto notável. "O fato de essas pessoas estarem do lado de fora e discutirem umas com as outras - um caçador ou um pastor para outro pastor - é o impacto mais positivo. Parece cada vez menos incidentes com venenos. "

"Agora as pessoas sabem o que fazer se encontrarem um animal envenenado. Mesmo sem nós acho que a rede continuaria", acredita Papaioannou. O "Regresso do Britango" ajudou a unidade nacional anti-veneno da Grécia a trabalhar de maneira mais intensa e sistemática. "O nosso próximo objetivo é replicar o que fizemos aqui em Épiro, na área de Meteora na Tessália (centro-leste da Grécia)"

3 Tecnologia preventiva funciona

"Um sistema de alta tecnologia só pode ser utilizado em todo o seu potencial se houver um interesse genuíno em proteger a biodiverisdade."

Foto: LIFE10 NAT/GR/000638/HOS/ManoliaVougioukalou

A tecnologia esta a desempenhar um papel fundamental para ajudar a evitar o abate ilegal de espécies de aves ameaçadas graças a inovações como "indicadores de corpo morto" e sistemas de patrulha inteligentes, bem como tecnologias já existentes, como armadilhas fotográficas.

Johannes Fritz lidera um projeto LIFE para reintroduzir os íbis-eremita na Europa. Durante a migração de outono de 2017, o projeto testou uma tecnologia protótipo que permite uma resposta rápida à perda de um sinal de rastreamento. "A coisa mais importante é obter informações sobre um acidente o mais rápido possível. Idealmente, assim que aconteça. Por isso, surgiu a ideia de um "indicador de corpo morto", um sensor que reconhece que um acidente aconteceu e imediatamente transmite a posição em que ocorreu o acidente ", explica o Dr. Fritz, que é fundador e chefe da ONG austríaca Waldrappteam.

Logo que a tecnologia esteja totalmente instalada, se a equipe do projeto receber um sinal de um indicador de cadáver, poderá informar a sua rede de cerca de 700 voluntários. O objetivo é descobrir rapidamente o que aconteceu com a ave, idealmente dentro de 1h-1:30h do alerta. "Eles informam a polícia e entregam o corpo do pássaro, ou o que quer que seja feito", diz o Dr. Fritz. A equipe do projeto LIFE está trabalhando com advogados italianos e o principal instituto forense do país em um pacote de treinamento para os voluntários. Há também uma força-tarefa separada organizada pelos próprios caçadores e administrada pela Federazione Italiana dell Caccia, a maior associação de caça italiana.

Os caçadores cuidam

"Gastámos muita energia e dinheiro no desenvolvimento do indicador de cadáveres", explica o Dr. Fritz. A ideia é usá-lo não apenas para os íbis, mas também para equipar outras aves migratórias com este dispositivo. E para comunicar o fato de que estes existem dentro da comunidade de caça, e que isto aumenta substancialmente o risco para o caçador furtivo. Investimos dinheiro em todas as aves que são libertadas e assim podemos definir o dano monetário causado pelo abate de uma: está entre 20 000 e 70 000 euros por ave. Se pudermos identificar um caçador que atirou numa das nossas aves iremos prosseguir com uma ação judicial para solicitar uma compensação por esse dano. Apenas desta forma, com os 'indicadores do corpo morto' e com este pesado dano monetário, os caçadores se sentem alertados para seguirem as regras e terem mais cuidado com a caça ilegal de aves. "

O indicador de cadáver está a ser desenvolvido em colaboração com o Instituto Max-Planck de Ornitologia em Starnberg, na Alemanha e outras instituições. O protótipo atual é discreto e o objetivo é integrá-lo com um dispositivo de localização GPS.

"Os indicadores de cadáveres e a rede voluntária devem melhorar substancialmente a probabilidade de que os perpetradores sejam identificados e processados criminalmente. Eles podem ajudar a implementar o plano nacional italiano contra a caça ilegal de aves", diz o Dr. Fritz.

Sistema de Patrulha Inteligente

Na Grécia, um projeto para proteger o ganso-pequeno-de-testa-branca (*Anser erythropus*) no Inverno nos principais locais de invernada no Lago Kerkini e do Delta do Evros combinou com sucesso a tecnologia com pessoas no chamado "Smart Patrol System" (SPS). Os três elementos que compõem o SPS são uma 'unidade remota' (câmaras de vigilância alimentadas por energia solar instaladas em uma área de interesse); um 'centro de controle' onde os guardas treinados podem visualizar e processar imagens de unidades remotas; e uma 'unidade móvel' - um veículo de patrulha 4x4 equipado com VHF, uma unidade GPS montada e um dispositivo tablet com rastreador GPS. A unidade móvel está em contato com o centro de controlo e pode realizar verificações no campo.

"A unidade remota oferece uma boa visão geral de todas as atividades que ocorrem na área de interesse de dia e de noite", diz o gerente de projeto, Manolia Vougioukalou. O SPS é colocado em uso durante os meses em que o ganso-pequeno-de-testa-branca está na Grécia (outubro-março). Durante o decurso do projeto LIFE, foram realizadas cerca de 2 500 verificações de caçadores, a maioria dos quais foram encontrados a caçar legalmente para outras espécies.

Nenhuma mortalidade registada

Graças ao sistema de patrulha e às atividades concertadas de sensibilização, houve "mortalidade zero registada" do ganso-pequeno-de-testa-branca durante o projeto, diz Ms Vougioukalou. "O SPS também revelou uma série de atividades ilegais e / ou potencialmente ameaçadoras - pesca ilegal, contrabando de mariscos e turismo descontrolado - ocorrendo perto de locais de descanso dentro das áreas protegidas."

Embora o projeto LIFE esteja agora concluído, as autoridades administrativas do Lago Kerkini e do Parque Nacional Evros Delta continuam a usar o SPS para proteger os locais de invernada dos ganso-pequeno-de-testa-branca de menor porte.

A Sra. Vougioukalou acredita que foi a combinação da "vigilância remota" com a "presença humana no campo" que tornou o SPS um sucesso impressionante. "Somente com interesse genuíno e vontade de proteger a biodiversidade que qualquer sistema de alta tecnologia pode ser utilizado em todo o seu potencial."

Instalando armadilhas com câmara para parar a caça furtiva na Sicília

LIFE ConRaSi é um projeto em andamento dedicado a impedir a predação da águia de Bonelli, do britango e dos ninhos de falcão-da-rainha na Sicília. Em 2017, o parceiro do projeto, Coop. Silene instalou 28 armadilhas fotográficas em 21 locais. "Elas basicamente transmitem as imagens que captam no ninho pela rede GSM. Uma equipa central recebe as imagens em tempo real por email ", explica o gerente de projetos, Gianluca Catullo. Sem apoio adicional de voluntários, o campo de vigilância do projeto em Castel di Iudica viu duas crias de águia de Bonelli prosperarem com sucesso em junho de 2017. "O método funciona: este foi o primeiro ano em um longo período em que nenhum ninho foi capturado", diz Catullo. "Os caçadores estão cientes da operação de vigilância e tem um efeito dissuasivo", acredita ele.

Foto: LIFE12 BIO/AT/000143

"Os indicadores de cadáver e a rede voluntária devem melhorar substancialmente a probabilidade de que os perpetradores sejam identificados e processados criminalmente."

Patrulhas extras trazem benefícios para as aves no Chipre

O projeto LIFE-FORBIRDS, que terminou no ano passado, implementou medidas para conservar as espécies de aves nos habitats das florestas das terras baixas no Chipre. As ações incluíram uma campanha de consciencialização com muita visibilidade acerca das armadilhas ilegais e caça ilegal de aves que envolviam anúncios de TV e cartazes na beira da estrada, bem como atividades nas escolas. A equipa do projeto criou um comité de consulta para propor medidas para combater o crime contra aves em três locais da rede Natura 2000. Um dos mais eficazes foi bloquear o acesso a locais com armadilhas e aumentar o número de patrulhas pelo Serviço de Caça e Fauna. Isso levou a um aumento de 57% na deteção de crimes contra aves nas áreas protegidas. A monitorização revelou um pequeno aumento no número de pares reprodutores de três espécies de aves passeriformes afetadas por armadilhas desde que as medidas do projeto foram introduzidas.

Lições

- A tecnologia pode ajudar a prevenir o crime contra a vida silvestre
- Medidas como indicadores de corpo morto, armadilhas fotográficas e sistemas de patrulha inteligentes tiveram um efeito preventivo demonstrável
- As soluções tecnológicas não são uma bala de prata: precisam antes fazer parte de uma estratégia mais ampla que envolva também as pessoas.

Divulgando uma mensagem positiva anti-caça furtiva

4

Foto: LIFE07 NAT/IT/000436/Monica Di Francesco

"Eu vi essas pequenas faíscas nos olhos dos estudantes."

Organizar atividades nas escolas provou ser uma maneira eficaz de aumentar a consciencialização sobre o crime contra a vida selvagem, envolvendo jovens mentes que divulgam uma mensagem de respeito pelas espécies protegidas.

O envolvimento das crianças em idade escolar, estudantes e os seus professores também é uma forma de evitar o confronto direto com os caçadores furtivos e o desenvolvimento de uma nova geração de caçadores furtivos. Tal abordagem foi exemplificada pelo projeto "Um porto seguro para aves selvagens", que foi realizado em vários países do Mediterrâneo. Na Itália, o beneficiário do projeto, a organização italiana de proteção das aves, LIPU, atingiu cerca de 3 000 estudantes, com algumas classes a juntarem-se aos voluntários da LIPU, aos guardas florestais regionais e aos Carabinieri na remoção de armadilhas das matas circundantes.

O sucesso da iniciativa deveu-se à "abordagem positiva" adotada, explica o líder do projeto, Umberto Gallo-Orsi. "Não analisamos diretamente a questão da caça ilegal, mas tentamos destacar a importância da biodiversidade e, eventualmente, surge o problema da caça ilegal".

Para algumas escolas na Sardenha, a "capital da caça ilegal", que estava preocupada em permitir que a ONG falasse sobre essa questão, essa abordagem indireta era realmente necessária. Evitando "apontar os dedos", o projeto conseguiu "abrir os olhos" de mais pessoas, enfatiza. O projeto realizou competições nas aulas, juntamente com cerimónias de entrega de prémios nas aldeias com os pais presentes, na tentativa de "quebrar essa cultura fechada". Na Grécia e na Espanha, o projeto produziu pacotes educacionais que estavam disponíveis para professores fazerem o download online. Aquelas escolas em áreas de "hotspot" de abates ilegais foram informadas do pacote.

O "homem-pássaro" da Bulgária

O projeto Retorno do Britango envolveu professores na Bulgária, como Medjnun Angelov, em apoio aos esforços para conservar o britango (Neophron percnopterus). Ele fez apresentações para alunos do secundário e estabeleceu um clube de ornitologia na sua própria escola em Provadia.

As crianças mostraram-se muito recetivas. "Eu vi essas pequenas faíscas nos olhos dos estudantes quando falei sobre o símbolo da cidade, o britango, e como é importante para a conservação do meio ambiente", diz ele.

"Eu vi uma grande oportunidade para aliar a conservação com a educação ... usei toda e qualquer oportunidade para levar as crianças para o campo, para que pudessem entender as causas do declínio das espécies, tanto local quanto globalmente."

Uma das crianças participou numa campanha especial dedicada aos abutres e até viajou para os Rhodopes orientais para aprender mais sobre a conservação dos abutres. Outro criou uma t-shirt de abutre, que levou o Sr. Angelov a organizar uma oficina para que outros pudessem ir também, o que fez com que e ganhasse o apelido de "Homem-Pássaro".

Lesser spotted eagle *(Aquila pomarina)* • Foto: Boris Belchev

Publicidade ajuda na ação preventiva

5

Uma campanha de consciencialização, agora no quarto ano, está a ampliar o perfil do crime contra a vida selvagem na Bulgária.

Desde 2014, uma campanha de relações públicas na Bulgária tem-se concentrado em indivíduos que ajudam a conservar a águia-pomarina (Aquila pomarina). Esta ave de rapina globalmente ameaçada tem sido seriamente afetada por pessoas que roubam os ninhos e traficam aves e ovos, bem como por caça furtiva e envenenamento, ambos ilegais. A campanha "Eu Protejo as Florestas e as Águias da Bulgária" foi criada como parte do projeto LIFE Águias da Floresta para aumentar a consciencialização sobre essas pressões e promover medidas preventivas que se mostraram bem-sucedidas na prevenção e na prossecução judicial de crimes contra a vida selvagem.

O público em geral, as autoridades governamentais e as partes interessadas especializadas são convidadas a nomear indivíduos que fizeram contribuições valiosas para combater atividades ilegais. "Como 'crimes contra a natureza' é um conceito bastante estranho para a maioria das pessoas, a campanha fez questão de os definir. Concentrou-se nas pessoas e nas suas histórias pessoais de crimes que conseguiram evitar - desde a captura ilegal de animais selvagens e roubo de ninhos e ovos, até o uso de práticas de caça ilegal e taxidermia", diz Emilia Yankova, da Sociedade Búlgara de a Proteção das Aves (BSPB), o beneficiário do projeto. Juntamente com a Agência Executiva de Florestas do país, a ONG já premiou 35 pessoas, desde público em geral até jornalistas, funcionários da alfândega, políciais e inspetores florestais.

"Na maioria das vezes foram indicados por um colega ou seu superior. A maior parte das candidaturas está relacionada com crimes contra espécies protegidas de aves ou extração ilegal de madeira", diz Yankova.

Maria Salabasheva, jornalista

Maria Salabasheva é repórter da TV búlgara radicada em Burgas. Ela recebeu o prémio "Eu protejo as Águias e Florestas da Bulgária" pela cobertura detalhada da acusação e condenação de Jan Ross, um cidadão britânico considerado culpado na Bulgária pelo roubo de ovos de várias espécies de aves protegidas, incluindo o britango[3]. "Achei interessante não só porque não sabia que tal crime existia, mas por causa do lado psicológico: o que motiva essa mente criminosa? O que há por trás dessa obsessão em ter coisas que são muito raras? Essa foi a minha motivação para me aprofundar neste caso", diz Salabasheva. "Foi muito incomum e interessante trabalhar".

A sua cobertura para a televisão pública búlgara e para o canal privado TV7 atraiu muita atenção. "As pessoas não conheciam a escala da coisa. Ao revelar os detalhes, as partes do quebra-cabeça, muitas pessoas se interessaram".

Salabasheva acredita firmemente no poder da publicidade para deter o crime contra a vida selvagem: "Os media influenciam a opinião, por isso, se as organizações sem fins lucrativos e as pessoas que trabalham nesse campo trabalharem juntos com os media, o resultado será visível em breve. Tornar isso mais público fará a diferença; pouco a pouco, passo a passo, gota a gota, chegaremos a um resultado realmente bom."

"Eu sou uma pianista clássica; eu toquei no Carnegie Hall e já recebi muitos prémios. No entanto, sinto-me honrada em receber este prémio. É bom pensar que nós fazemos a diferença", diz ela.

3. http://www.lifeneophron.eu/en/video-gallery/2/51.html

Veselin Kolev - Awarded with "I protect the Eagles and Forests of Bulgaria" prize.

"Tornar isso mais público fará a diferença; pouco a pouco, passo a passo, gota a gota, chegaremos a um resultado realmente bom".

Nomeados ajudam a condenar criminosos

Sete das nomeações são relativas a casos que resultaram em ação judicial - cinco por atos ilegais contra aves e dois contra tartarugas terrestres. Todos os anos são premiados 10 nomeados em cerimónias especiais em todo o país durante o festival nacional da semana da floresta. Os vencedores recebem um diploma, uma placa e um prémio em dinheiro de 150 leva. "A campanha visa aumentar a consciencialização do público e dos profissionais que trabalham no campo, e esperamos ter um impacto positivo sobre os crimes contra a vida selvagem e abates ilegais", conclui Yankova.

Destacando os danos causados por armadilhas para aves

O uso de armadilhas para aves é uma prática ilegal que envolve a captura de um grande número de aves com meios não seletivos, como visgo (cola) e redes. O Chipre é um dos países onde esta forma indiscriminada de caça ainda é praticada. Mais de 200 espécies de aves são afetadas, sendo até 2 milhões de aves por ano mortas ilegalmente.

O projeto BIOforLIFE realizou uma extensa campanha de comunicação no país para entender melhor o conceito de biodiversidade. Conduzida conjuntamente por um grupo de media, uma ONG e o Departamento de Meio Ambiente, a campanha foi direcionada tanto para o público em geral, como para grupos de interesse relevantes e decisores políticos. Em particular, destacou a gravidade do abate de aves que ocorre todos os anos durante o período migratório, quando milhões de aves voam pelo Chipre.

Os debates na TV trouxeram a questão da captura ilegal e indiscriminada de aves para um público mais amplo. A campanha trouxe um aumento significativo na consciencialização sobre o assunto em relação às aves canoras. Inquéritos realizados no final do projeto constataram que 95% dos entrevistados estavam cientes do motivo pelo qual algumas pessoas são contra a morte de toutinegra (para preparar o prato típico cipriota "ambelopoulia"); no início do projeto era de 47%.

Ação conjunta contra a caça e a pesca ilegal

6

Os projetos na Bulgária e na Itália mostram os benefícios de estabelecer parcerias com as partes interessadas para criar e fazer cumprir os protocolos anti-caça furtiva e promover fontes alternativas de rendimentos.

"Toda a ave em extinção estrangulada numa rede é uma grande perda, logo temos de continuar o nosso trabalho".

"Antes do projeto LIFE para os Lagos Bourgas, especialmente a pesca ilegal era uma ameaça para as aves e para os lagos", diz Konstantin Gospodinov, da Sociedade Búlgara para a Proteção de Aves /BirdLife Bulgaria. "Havia pouco conhecimento sobre esse assunto entre o público em geral e as autoridades policiais. Nem mesmo as organizações de conservação conheciam a escala completa da ameaça", lembra.

"Percebemos que não podíamos esperar que os órgãos responsáveis pela aplicação da lei resolvessem este problema sozinhos", diz Gospodinov. "Portanto, o nosso objetivo era encontrar uma maneira de fortalecer e apoiar os órgãos de aplicação da lei."

A pesca ilegal é uma grave ameaça para as aves porque é principalmente realizada à noite, quando as aves de nidificação e de repouso são especialmente vulneráveis a perturbações. Equipamentos de pesca ilegais escondidos e redes descartadas são especialmente problemáticos depois do escurecer, porque são invisíveis para as aves, que se podem enredar e afogar.

Reunindo as organizações

Quando o projecto LIFE teve início em 2010 "havia tensão entre organizações, especialmente entre organizações de pescadores e o organismo responsável pelo tratamento da pesca ilegal nos lagos, a Agência Nacional de Pesca e Aquicultura (NAFA)", explica Gospodinov. O projeto foi um catalisador para organizações de diferentes origens colaborarem e trabalharem em conjunto no apoio à aplicação da lei.

"Nós estabelecemos uma unidade central para realizar patrulhas conjuntas para a caça furtiva", continua. Esta unidade realizou 170 patrulhas em sítios da rede Natura 2000 ao longo de quatro anos, resultando em multas e apreensão de redes e barcos. As patrulhas conjuntas também aumentaram a consciencialização sobre o problema e demonstraram como este tipo de cooperação pode ser eficaz e viável.

"Embora a NAFA tenha capacidade limitada, as pessoas viram que este problema poderia ser resolvido com sucesso se fosse apoiado por outras instituições", diz Gospodinov. "Estabelecemos uma parceria entre a NAFA e seis organizações aqui em Bourgas, incluindo sindicatos de pescadores e de caçadores, clubes de pesca desportiva e organizações de conservação."

A chave para o sucesso da parceria, segundo Gospodinov, foi que as organizações apoiavam os órgãos de execução, em vez de serem vistos como culpados por serem ineficazes. "Levamos aproximadamente dois a três anos para desenvolver este acordo de parceria. Muitos de meus colegas achavam isso impossível, mas agora é uma prática comum".

A caça ilegal nos Lagos de Bourgas tem um grande impacto nas espécies de aves. Para evitar isso, a equipa de projeto trabalhou com os sindicatos nacionais de caçadores. "Juntos, desenvolvemos um guia para os caçadores de forma a ajudá-los a reconhecer espécies, especialmente aquelas que são muito semelhantes, e distinguir espécies que podem ser caçadas, das espécies protegidas. O guia foi reeditado várias vezes pelo nosso Ministério e também foi distribuído noutros países, como a Grécia e o Uzbequistão ", diz Gospodinov.

O projeto estabeleceu a prática de reportar observações de pesca ilegal e caça às autoridades locais. Isso garantiu o feedback e deu às pessoas mais confiança de que as suas denuncias estariam a ser processadas no limite da lei.

"No final de 2015, podemos afirmar que o número de denuncias de atividades ilegais aumentou, mas o número de violações havia diminuído. Os infratores não queriam ser multados ou ter seus equipamentos confiscados".

Foto: Svetoslav Spasov

Uma associação de conservacionistas, caçadores e pescadores

A equipa do projeto reconheceu o potencial económico dos lagos. "Estes são abundantes em peixes e, se geridos de forma sustentável há atividades, como a pesca desportiva e a pesca, que podem fornecer uma 'barreira natural' para atividades ilegais. Assim, com base no sucesso da parceria, criámos em 2012 a "Associação de Organizações Ambientais, Sindicatos de Caça e Pesca e Clubes de Desportos de Pesca em Bourgas" para promover este tipo de atividade", diz Gospodinov.

A associação demonstra que é possível existir um modelo com organizações com interesses aparentemente contrários, reunidas em torno de um objetivo comum.

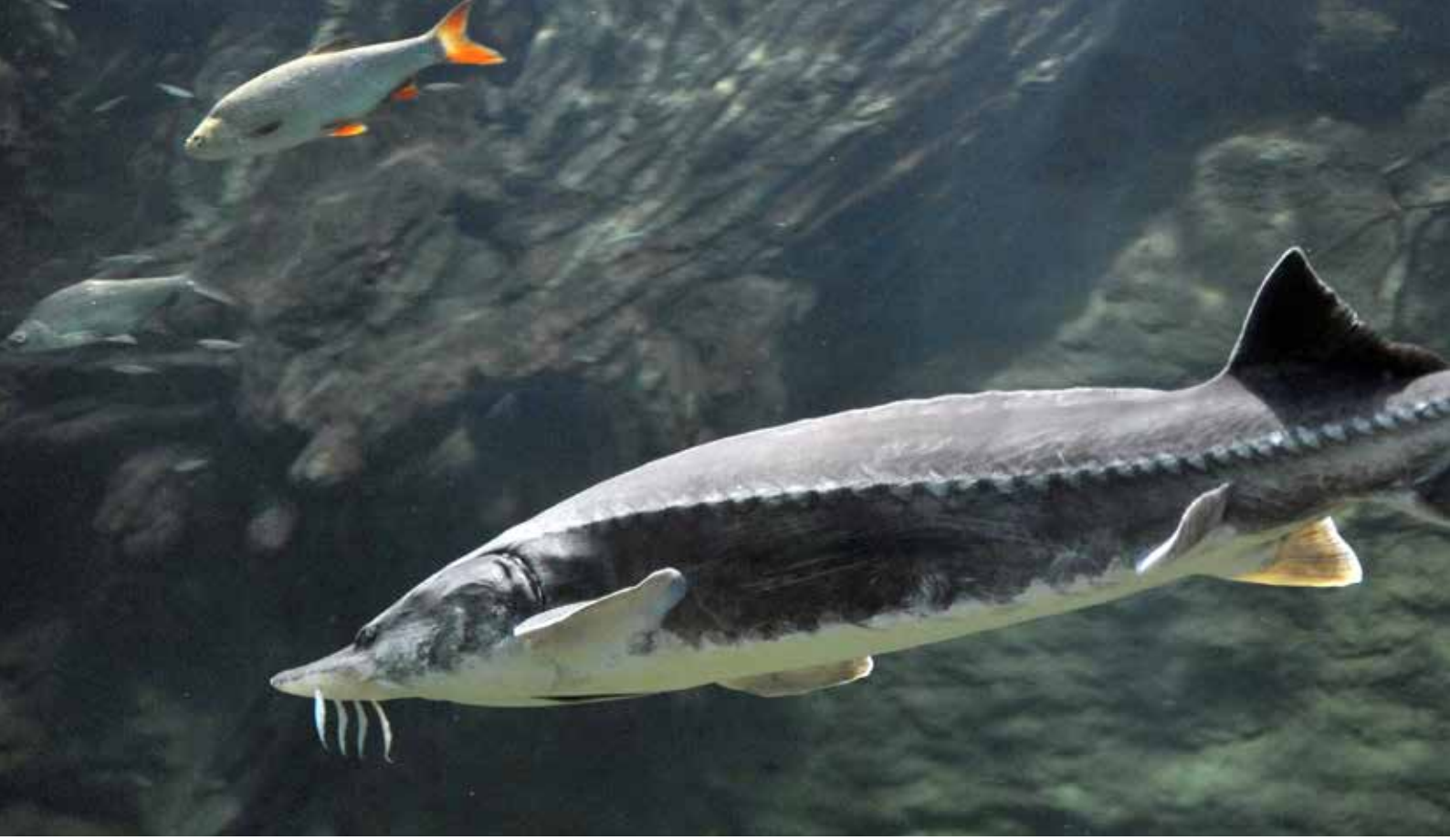
"Quando começámos, a pesca comercial era permitida nos lagos. Naquela época, as autoridades acreditavam que não havia como distinguir a pesca ilegal da legal", explica Gospodinov. "Quando estabelecemos a associação, trabalhámos muito com as partes interessadas para mudar isso. Fomos fundamentais para conseguir a proibição da pesca comercial, porque ela era usada como cobertura para a pesca ilegal e a pesca ilegal também era injusta em termos de concorrência com as empresas de aquacultura".

Os últimos anos viram um progresso considerável na luta contra o crime contra a vida selvagem nos lagos de Bourgas, mas, diz Gospodinov," ainda há muito a fazer para se livrar dessa ameaça. "Toda a ave em extinção, estrangulada numa rede é uma grande perda, logo temos de continuar o nosso trabalho."

Protegendo os barbos da pesca ilegal

Uma das principais conquistas do projeto LIFE Barbo que visava melhorar o número das populações ameaçadas de extinção em barrancos nos rios do norte da Itália, foi a criação de um protocolo anti-caça furtiva. O impacto da pesca ilegal em algumas áreas é "bastante pesado", diz Francesco Nonnis Marzano, da Universidade de Parma, que liderou o projeto. "Pese embora a maioria da pesca ilegal tenha como alvo espécies exóticas, está ainda assim, a levar à extinção das espécies nativas que têm populações muito baixas."

O caminho a seguir era estabelecer um protocolo com as associações de pesca desportiva que abriram um diálogo com as autoridades públicas e "resultou até em chamadas telefónicas quando alguma coisa errada acontecia no rio ", diz o professor Nonnis Marzano. No entanto, embora as associações estejam a prestar mais atenção à pesca ilegal e a realizar o controle dos seus membros, é preciso fazer mais para impedir que pescadores de fora de Itália sejam responsáveis por uma grande parte dos abates ilegais. Para melhorar ainda mais a prevenção, são necessários mais controles e multas mais pesadas.



Beluga sturgeon *(Huso huso)* • Foto: LIFE11 INF/AT/000902/Lubomir Hlasek

7

Trabalhando com os pescadores para salvar esturjões

Os projetos LIFE estão a aumentar a consciencialização acerca dos esturjões ameaçados e a promover alternativas à pesca ilegal no Danúbio.

As últimas populações viáveis de espécies de esturjão no baixo Danúbio estão ameaçadas pela pesca furtiva e pelo comércio ilegal de caviar. A proibição de pesca de esturjão foi imposta pela Roménia e pela Bulgária em 2006 e 2011, respetivamente, mas sem mecanismos para compensar os pescadores pela perda de rendimento. As atividades criminosas constituem ainda um problema considerável.

O projeto Salvar os Esturjões do Danúbio (2012-2015) tomou medidas para reduzir a pesca ilegal em 15 comunidades ao longo do Danúbio na Roménia e na Bulgária, incluindo a criação de uma rede de "defensores do esturjão". No projeto de continuação, estes defensores procuram desenvolver medidas socioeconómicas que oferecem alternativas realistas aos pescadores que antes pescavam o esturjão.

Defensores do esturjão

O papel de um defensor do esturjão é visitar as comunidades de pescadores, mediar entre pescadores e autoridades, fornecer as informações mais recentes sobre as pescarias, escutar as preocupações dos pescadores e trabalhar com eles para encontrar soluções para seus problemas. À medida que os defensores do esturjão se tornam mais amplamente reconhecidos, os pescadores estão mais abertos para interagir com eles. Os defensores do esturjão, George Caracas, e a coordenadora do projeto, Cristina Munteanu, do WWF da Roménia, estão a explorar alternativas à pesca ilegal, como aquicultura e turismo, e peixes alternativos para o mercado, como barbo, carpa, poleiro, lúcio e sargo.

> ***"Reunimo-nos com os chefes das associações de pescadores duas ou três vezes para nos dar a conhecer e mostrar que nós não éramos os maus."***

LIFE15 GIE/AT/001004
Título: LIFE FOR DANUBE STURGEONS
Beneficiário: WWF Austria
Contato: Jutta Jahrl
Email: sturgeons@wwf.at
Website: https://danube-sturgeons.org/the-project/
Duração: 01-10-2016 a 31-12-2020
Orçamento total: 1 852 000 €
Contribuição LIFE: 1 108 000 €

Eles notaram uma redução no número de esturjões a ser ilegalmente pescados desde que os projetos LIFE começaram. Isto foi conseguido, em parte, através do trabalho com várias associações de pescadores, permitindo-lhes alcançar mais de 200 pescadores (ver caixa). Com uma estimativa de 4000 pescadores comerciais ao longo do Danúbio (apenas na Roménia), ainda há muito a fazer. No entanto, a ideia é fazer com que algumas das associações trabalhem bem com eles para dar um bom exemplo do que todas as outras associações podem seguir.

"Num determinado momento, a comunicação entre as autoridades e os pescadores desapareceu. Queremos restaurar isso, uma vez que é claramente necessário", explica Caracas. Ele lembra que as primeiras tentativas de se envolver diretamente com os pescadores não tiveram sucesso. "Então reunimo-nos com os chefes das associações de pescadores duas ou três vezes para nos conhecermos e mostrar que nós não éramos os maus. Depois disto foi mais fácil contactar os pescadores e eles responderem às nossas perguntas."

"Concluímos que os pescadores concordariam com a proibição de pesca de esturjão a longo prazo se fossem recompensados em se pescassem acidentalmente um esturjão e o libertassem, poderiam obter rendimentos através de outras fontes", diz Munteanu.

Associações de pescadores

O projeto Salvar os Esturjões do Danúbio estabeleceu as primeiras parcerias entre organizações conservacionistas e associações de pescadores locais na Roménia e na Bulgária. Os defensores do esturjão ouvem as preocupações dos pescadores e os ajudam-nos a desenvolver fontes alternativas de rendimento compatíveis com a pesca a sustentável.

"Hoje em dia é proibido pescar esturjões, por isso precisamos de alternativas económicas", diz Marian Chinan, presidente da Associação de Pescadores de Borcea. "É muito difícil viver exclusivamente da pesca. A construção de novas infra-estruturas para a navegação do Danúbio afetou negativamente as unidades populacionais de peixe. "A Agência Nacional para a Pesca e Aquicultura (NAFA), ao abrigo do Ministério da Agricultura romeno, fixa quotas anuais para as associações de pesca. "Queremos estar envolvidos no processo de fixação das cotas de peixe. Sentimos que o esturjão está em declínio, mas é difícil ter certeza, pois não há uma boa monitorização da espécie ", diz Chinan.

"O projeto LIFE Salvar os Esturjões do Danúbio apoiar-nos-á no trabalho com as autoridades e na aplicação da legislação e, claro, na solução de alguns problemas", diz Marian Cristea, presidente da Associação de Pescadores Fetesti. "O peixe que pescamos é vendido diretamente a clientes locais ou é mantido para alimentar as famílias dos pescadores. A cota de peixe que podemos pescar por barco por ano é de 850 kg, o que não é elevado, já que temos em média três pescadores por barco. "Tenho esperanças de que o projeto possa ajudá-los a avaliar novas fontes de rendimento nas principais comunidades pesqueiras", refere.

Workshops de fontes alternativas de rendimento

As proibições de pesca do esturjão reduziram o rendimento e podem tornar a pesca ilegal tentadora. Para resolver este problema, o projeto Salvar os Esturjões do Danúbio, realizou workshops em 14 comunidades de pescadores para mostrar como se candidatar a fundos públicos. Num caso na Bulgária, uma nova associação de pescadores foi criada para permitir que a comunidade solicite o financiamento disponível.

Os workshops também ajudaram a construir planos de negócios concretos para fontes alternativas de rendimento nas comunidades pesqueiras. O foco inclui jovens, que representam o futuro das comunidades ribeirinhas numa região relativamente desprivilegiada. Proporcionar novas oportunidades de emprego pode impedir a migração para as cidades.

No geral, a equipa por detrás do projeto LIFE em andamento acredita que os pescadores estão a expressar uma maior disposição para proteger os esturjões, o que está a levar a uma diminuição da pesca furtiva.

1

Problema:
Os procuradores e juízes não têm capacidade para fazer cumprir as diretivas da UE sobre a natureza. Particularmente nos países mediterrânicos e em partes da Europa Oriental.

Solução:
A LIFE Natura Themis está a formar procuradores, juízes e advogados em Creta. LIFE Justice4Nature proporcionará cursos de e-learning para os que estão envolvidos na aplicação da lei ambiental na Polónia..

Resultado:
Centenas de inspetores florestais, advogados, procuradores e juízes devem participar em cursos de formação. Isso está a ajudar a fortalecer a capacidade de gestão do processo criminal contra a vida selvagem e a estabelecer a responsabilidade por danos à biodiversidade nas áreas da rede Natura 2000 em Creta e na Polónia.

Leia mais na página 40.

2

Problema:
Muitos funcionários da alfândega não têm conhecimento de como aplicar a lei em torno das espécies protegidas. Em particular, podem ter dificuldade em identificar se uma espécie pode ou não atravessar legalmente as fronteiras da UE.

Solução:
O projeto "Regresso de Britango" formou funcionários da alfândega da Bulgária e da Grécia, aumentando sua capacidade para lidar com crimes relacionados com aves. Um total de 127 agentes alfandegários participaram em seminários e reuniões, com um oficial a receber formação especializada no Reino Unido. O projeto também publicou um manual para a prevenção do tráfico de espécies ameaçadas, disponível em búlgaro, grego e albanês.

Resultado:
Seis casos de crimes relacionados com aves foram processados como resultado dessas ações. Os funcionários aduaneiros aumentaram a consciencialização e a confiança na sua capacidade de lidar com o crime contra aves.

Leia mais na página 42.

3

Problema:
Muitos países fora da UE oferecem proteção legal às espécies de aves migratórias. Na prática, guardas florestais, órgãos ambientais e policiais não têm conhecimento e formação para aplicar a lei.

Solução:
Os projetos LIFE podem trabalhar com parceiros de conservação locais ao longo da rota migratória Europa-África para aumentar a capacidade para aplicar a lei. Projetos para conservar o britango demonstram o que pode ser feito.

Resultado:
Organizações parceiras no Níger e na Nigéria sensibilizaram as comunidades e autoridades locais para a importância de proteger o britango. As lições aprendidas estão agora a ser aplicadas agora ao longo da rota migratória.

Leia mais na página 44.

Capítulo 3

Formação, troca de informações e recolha de provas

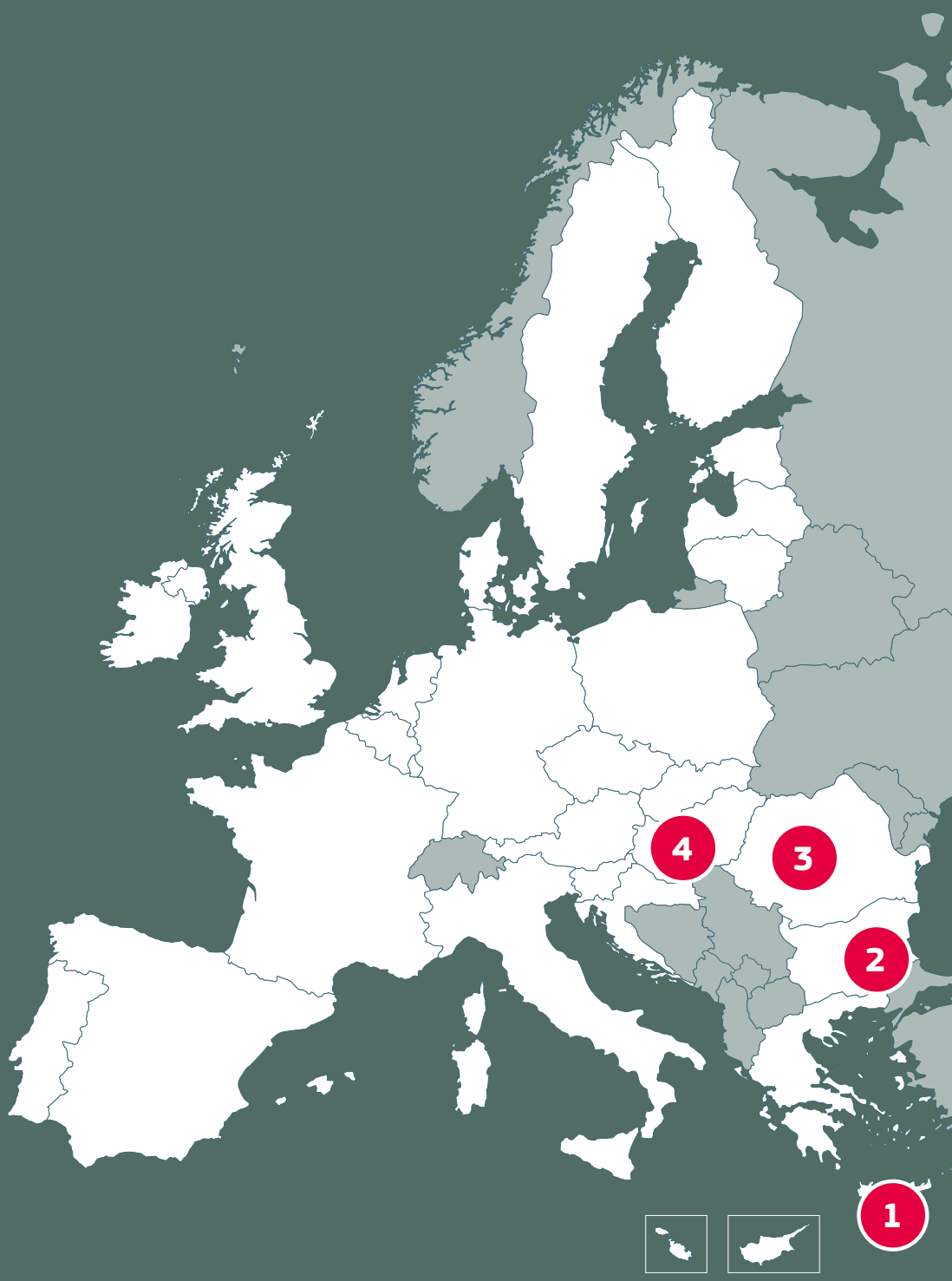
4

Problema:
É difícil reunir provas de envenenamento contra a vida selvagem.

Solução:
Formação e partilha das melhores práticas está a ajudar as unidades caninas anti-veneno a identificar rapidamente os casos de envenenamento de espécies protegidas e a recolher provas.

Resultado:
As provas recolhidas pelas unidades caninas do LIFE levou a exemplos de processos bem sucedidos como em Espanha e na Hungria.

Leia mais na página 46.



1

Aulas de Direito ajudam a vida selvagem grega

Através da formação de profissionais da área jurídica, o LIFE Natura Themis promoverá a implementação efetiva da legislação que protege a biodiversidade em sítios Natura 2000 em Creta.

"A nossa pesquisa destacou a implementação inadequada da legislação ambiental em Creta", diz Michalis Probonas, da Universidade de Creta (UoC) e coordenador do projeto LIFE Natura Themis. "Esta fragilidade deve-se principalmente à falta de conhecimento das questões ambientais por parte do sistema de justiça, dos responsáveis públicos e cidadãos." A equipa do projeto desenvolveu seminários de formação para juízes, delegados do Ministério Publico, funcionários públicos e ONGs ambientais, que serão realizadas em 2018.

"O objetivo dos seminários para juízes e procuradores do Estado é melhorar a sua capacidade para identificar os crimes contra a vida selvagem como um processo separado na ação penal e fornecer-lhes as competências necessárias para garantir a aplicação correta e eficiente da legislação ambiental da UE e da Directiva Relativa à Responsabilidade Ambiental (DRA) em relação à proteção da biodiversidade", diz o Dr. Probonas. Eles também representam um fórum valioso para a troca de conhecimentos e experiências.

Números esperados para participar nos seminários de projeto:

- *600 advogados*
- *300 procuradores e juízes*
- *150 membros de ONGs ambientais*
- *100 agentes públicos*

Para complementar os seminários, a equipa do projeto está a produzir guias técnicos para o sistema judiciário, advogados, decisores e cidadãos. Estes ajudarão a facilitar o julgamento dos crimes contra a vida selvagem e a implementação da DRA na Grécia.

Foto: © 2017 – LIFE14 GIE/GR/000026/NHMC/Popi Baxevani. All rights reserved. Licensed to the European Union under conditions.

"É muito importante que juízes e procuradores entendam que crimes ambientais são crimes graves e não crimes de menor importância".

Perspetiva do procurador

Panagiotis Panagiotopoulos é procurador e membro do Comité de Peritos do projecto LIFE Natura Themis. Ele trabalhava como procurador do Ministério Público de Heraklion num Tribunal de Primeira Instância em 2014.

"Estou muito interessado na proteção do meio ambiente", diz Panagiotopoulos, que já processou casos de crimes ambientais no passado. "O LIFE Natura Themis pode fornecer aos profissionais judiciais estatísticas importantes sobre crimes ambientais, informações sobre a conservação da biodiversidade e a necessidade de proteger a vida selvagem, assim como informações sobre a maneira como a lei penal e a lei civil protegem o meio ambiente", explica ele.

"É muito importante que juízes e procuradores entendam que crimes ambientais são crimes graves e não crimes de menor importância", acredita Panagiotopoulos. "É importante entender que os crimes ambientais destroem a qualidade da nossa vida. Se percebermos o quão prejudiciais são os crimes, mais os tratamos com rigor."

LIFE Justiça para a Natureza

Para melhorar a capacidade de implementação de políticas da EU para a Natureza, é necessário "elevar o nível de consciencialização e conhecimento das autoridades judiciárias e policiais sobre proteção da natureza", explica Renata Putkowska-Smoter, gerente do LIFE Justiça para a Natureza. Este projeto desenvolverá cursos gratuitos de e-learning e seminários de formação para juízes e autoridades policiais (polícia, promotores e inspetores florestais) e trabalhará para melhorar a cooperação local entre estes e as diretorias regionais de proteção ambiental. O objetivo final: proteção efetiva da natureza.

Foto: LIFE11 INF/IT/000253

Formação orientada ajuda a alfândega a combater o comércio ilegal de animais silvestres

2

Foto: LIFE12 NAT/BG/001218

O projeto "Regresso do Britango" formou funcionários da alfândega da Bulgária e da Grécia, aumentando a sua capacidade de lidar com o tráfico de aves e ovos. Oficiais do Posto Fronteiriço de Kipoi, na fronteira Grécia / Turquia, estavam entre os participantes.

O Posto Fronteiriço de Kipoi é a fronteira mais movimentada que atravessa a fronteira entre a Grécia e a Turquia. "Cerca de um milhão de pessoas entram e saem da UE nesta fronteira. E também cerca de 70.000-80.000 camiões, diz Athanasious Grigoriou, diretor da alfândega Kipoi. "É muito tráfego e está aumentar cada vez mais." Os controles de tráfego comercial e de passageiros ocorrem em consonância com o sistema europeu de análise de risco. "Nós fazemos todo tipo de controle", explica o Sr. Grigoriou. "Tabaco, cigarros, álcool, drogas, dinheiro, armas, imigração ilegal, ameaças externas, CITES [espécies protegidas] e tesouros arqueológicos."

Em 2014, os parceiros do projeto "Regresso do Britango" da WWF em Dadia, no nordeste da Grécia, organizaram uma apresentação para os funcionários da alfândega no posto fronteiriço de Kipoi. "O objetivo era ajudar os funcionários da alfândega a saber mais sobre o tráfico ilegal. Como reconhecer se uma ave ou um ovo pode ou não ser transportando ou transferido, ou se precisa de documentação apropriada para tal", diz Grigoriou.

Difícil de lidar

"É difícil para nós lidar com estes tipos de casos, porque quando encontramos algo, não é algo comum", acrescenta.

Cerca de 20 funcionários da alfândega de Kipoi participaram na formação. Entre eles estava George Kansizoglou. "Temos que aplicar uma legislação muito ampla e temos prioridades quando estamos a fazer controlos. Mas você tem prioridades porque sabe que algo é muito importante. Quando você não está familiarizado com alguma coisa tem medo de prosseguir."

O apoio do "Regresso do Britango" teve um impacto direto no trabalho do Sr. Kansizoglou e dos seus colegas. Desde 2014, o posto de fronteira já lidou com quatro casos de crimes contra a vida selvagem. "Nós não tivemos nenhum antes, mas temos a sensibilidade para pensar que – 'este crime está a ocorrer' – pensa-se e faz-se um controlo", diz ele.

"O primeiro caso em 2014 foi o de um búteo mouro (*Buteo rufinus*) que estava a ser transportado da Turquia para a UE. Este foi o caso mais importante porque era um pássaro vivo", explica o Sr. Grigoriou. No começo nós pensamos que era um falcão para a falcoaria. Como a apresentação do projeto acabara de acontecer estava nas nossas mentes verificar novamente. Pedimos que as pessoas que trabalhavam lá viessem e certificassem que isto era ilegal"

Manual de alfândega

O "Regresso do Britango"publicou um manual para a prevenção do tráfico de espécies ameaçadas, disponível em búlgaro, grego e albanês. Este foca-se principalmente em aves de rapina, bem como corujas, pássaros e ovos de algumas espécies protegidas pela CITES ou a Directiva Aves da União Europeia. "É um guia muito prático e fácil para os funcionários comuns da alfândega. Se eles encontrarem algo, podem simplesmente abrir o livro, ver que espécie é, onde está na legislação, qual é o status e também como lidar com isso ", explica Dimitar Gradarinov, Oficial de Crimes contra Aves da BSPB.

"Eu acho que terá um impacto enorme na deteção de crime contra aves", diz Mirjan Topi, da Associação de Proteção e Preservação do Meio Ambiente na Albânia, um dos colaboradores locais deste projeto LIFE. "É o primeiro livro deste tipo em albanês e há uma falta real de conhecimento das leis que protegem a vida selvagem na Albânia entre as autoridades de fiscalização, e também na identificação de espécies: este livro possibilita as duas coisas."

Foto: Ravi sangeetha/CC BY-SA 4.0

Colaboração leva à convicção

A certificação das espécies foi feita pelo Serviço Florestal de Soufli, a autoridade estatutária para questões ambientais na região. "Somos obrigados por lei a reagir quando nos chamam. Quando eles têm um incidente, eles chamam-nos para ir lá identificar a espécie ", explica Panayiotis Alexoudis, diretor do Departamento de Proteção Florestal do Serviço Florestal de Soufli. A sua equipa pediu apoio dos parceiros do projeto "Regresso do Britango" (WWF Grécia) em Dadia para ajudar a certificar a espécie de ave de rapina encontrada em Kipoi. "Colaboramos com o WWF na Grécia e com o Corpo Administrativo do Parque Nacional de Dadia porque, para determinados assuntos, eles possuem um conhecimento mais especializado", observa Alexoudis.

O Sr. Grigoriou, da Kipoi Customs Office, relembra que o certificado foi solicitado no dia 5 de setembro de 2014: "E nós recebemo-lo no dia 6. Precisa ser rápido porque só podemos deter alguém por 24 horas. Quando temos o certificado, informamos o procurador público para essa área. Em alguns casos, somos capazes nós mesmos de multar sob o código aduaneiro."

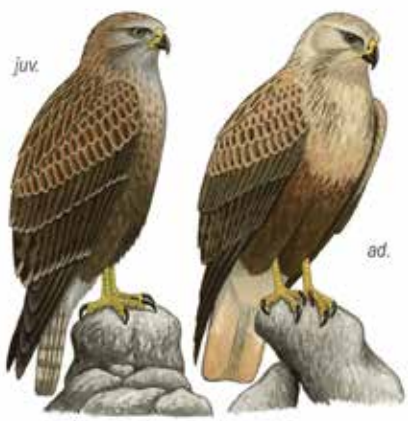
A reação rápida ajudou a garantir que o caso fosse encaminhado ao procurador do ministério público. O criminoso - cidadão do Reino Unido - recebeu uma multa de 768 euros e uma sentença de pena de prisão suspensa. "Se ele cometer o mesmo crime novamente nos próximos três anos será preso", observa Kansizoglou.

O Sr. Grigoriou é muito positivo sobre os benefícios do contributo do LIFE para a sua equipa. "Devido à cooperação com pessoas que trabalham para este projeto, sentimo-nos mais confortáveis e não temos medo de enfrentar os desafios destes casos."

Uma repetição da apresentação acerca dos crimes contra aves de 2014 está prevista para 2018 graças ao apoio do projeto do Britango. Isso irá refrescar as memórias dos funcionários da alfândega e garantir que os novos recrutas sejam capazes de lidar com casos semelhantes no futuro. Os funcionários da alfândega também estão equipados com cópias de um manual produzido em três idiomas pela BSPB como parte do projeto "Regresso do Britango" (ver acima).

"Devido à cooperação com pessoas que trabalham para este projeto, sentimo-nos mais confortáveis e não temos medo de enfrentar os desafios destes casos".

Manual da alfândega ilustração de *Buteo rufinus*:



ILL: LIFE10 NAT/BG/000152

3 Combater os abates ilegais ao longo de rotas migratórias

Os projetos LIFE para conservar o britango estão a ir além dos locais de reprodução nos Balcãs, para agir ao longo de toda a rota migratória da espécie. Este facto está a consolidar a capacidade de conservação local e a promover novos conhecimentos e consciencialização sobre esta importante espécie.

Paschalis, um britango juvenil (Neophron percnopterus) que nasceu em 2013 em Dadia, Grécia foi marcado com um transmissor de satélite como parte do projeto LIFE Regresso do Britango. Ele foi o único de 10 jovens a migrar com sucesso para áreas de invernada no sul do Níger. No final de fevereiro de 2014, o beneficiário coordenador do projeto, a Sociedade Búlgara para a Proteção de Aves (BSPB), notou que o transmissor estava a transmitir sinal do mesmo sitio há já bastante tempo, seguido de perda de sinal. Esta foi uma indicação de que podia haver um problema. O último sinal da ave em estado selvagem foi recebido de um local a cerca de 115 km a nordeste de Zinder (cerca de 140 km da fronteira com a Nigéria) e os sinais seguintes eram de uma casa na aldeia mais próxima. Alguns dias depois, o transmissor foi exportado para a Nigéria.

A BSPB contactou os seus parceiros do projeto LIFE do Fundo de Conservação do Sara (SCF) no Níger e do Instituto de Investigação Ornitológica A.P. Leventis (APLORI) na Universidade de Jos na Nigéria para investigar. Essas investigações simultâneas ocorreram em março e abril de 2014 e revelaram informações cruciais que estão agora a ser usadas para proteger britangos e outras espécies migratórias.[4]

O que aconteceu ao Paschalis?

"A última localização que eles tinham não estava muito longe de onde eu morava, então enviei uma equipa de colegas locais para investigar. Eles conseguiram perceber os motivos pelos quais havia sido morto", lembra Thomas Rabeil, do SCF.

A investigação revelou que Paschalis foi morto por um caçador de abutres que vem regularmente da Nigéria. O seu objetivo era vender o pássaro para clientes na Nigéria para cerimónias tradicionais de "dinheiro de sangue" [*juju*].

"Em algumas partes da Nigéria as pessoas acreditam que o abutre é um animal muito sábio. Se matar um abutre ou se fizer algum uso baseado nesta crença - por exemplo, se comer partes de abutre e o mantiver consigo de alguma forma, você será capaz de se tornar tão sábio quanto o próprio pássaro", explica o Dr. Manu Shiiwua, Diretor da APLORI. Por exemplo, algumas pessoas acreditam que, ao fumar os cérebros do abutre podem prever o futuro.

A APLORI descobriu que há um grande mercado para partes de abutre no sudoeste da Nigéria. "Todas as partes do abutre são vendidas no mercado - até mesmo os seus excrementos. Não são apenas abutres, outras espécies de aves também", diz o Dr. Shiiwua. Embora ilegal, "esses mercados não estão escondidos; é uma prática tradicional, e essa é a parte difícil".

As partes de abutre são valiosas e o que Paschalis mostrou foi que o mercado de abutres na Nigéria também estava a ter um impacto negativo nas espécies de países vizinhos como o Níger e o Chade. "Há piadas no Níger que uma vez que as aves de rapina cruzem a fronteira com a Nigéria, elas nunca mais voltam! Antes não sabíamos porquê, mas agora entendemos", diz o Dr. Rabeil.

4. Para uma versão completa da história ver http://lifeneophron.eu/files/docs/1431623272_325.pdf

Do outro lado da fronteira

A equipe do SCF no Níger começou a trabalhar com as autoridades para a proteção da vida selvagem e as comunidades locais para mudar a sua perceção em relação aos abutres. "O britango está listado no Apêndice 1 da lei da vida selvagem no Níger, mas os guardas florestais e as autoridades para a proteção da vida selvagem não lhe prestavam qualquer atenção. Foi considerado uma praga, uma espécie inútil", lembra Rabeil. A SCF trabalhou com o projeto LIFE para aumentar a consciencialização. "Implementámos uma campanha de consciencialização pública com alguns jornalistas, pessoas das autoridades para a proteção da vida selvagem e da ONG", diz ele. "Também visitámos os principais governantes. Ser caçador tradicional é considerado um trabalho oficial no Níger. Por exemplo, em Zinder, que é uma cidade bastante grande, a segunda ou terceira maior do país, o Sultão tem mais de 200 caçadores tradicionais a trabalhar para ele".

O Dr. Rabeil diz que esta campanha foi muito útil para sensibilizar as pessoas para as ameaças à espécie e o importante papel do abutre como provedor de serviços para o ecossistema. "Houve uma melhor compreensão da importância dos abutres no seio das autoridades para a proteção da vida selvagem. Conseguimos obter um apoio muito forte dos principais governantes ". O projeto também trabalhou com os caçadores tradicionais, aumentando a consciencialização sobre quais espécies protegidas pela lei e quais podem ser caçadas, proporcionando compensações por qualquer impacto aos seus meios de subsistência. "Tentámos fazer isso contratando alguns deles para usar seus conhecimentos sobre a vida selvagem para fins de rastreamento", explica o Dr. Rabeil.

Foto: LIFE10 NAT/BG/000152/Svetoslav Spasov

Foto: LIFE10 NAT/BG/000152

"O entusiasmo de todos os que trabalham ao longo da rota migratória é muito positivo".

Novo LIFE para abutres

Agora o LIFE está a contribuir para consolidar estes primeiros passos. O recém-financiado projeto LIFE Regresso do Britango visa reforçar a população reprodutora das espécies nos Balcãs através da realização de medidas nos seus locais de reprodução e ao longo da sua rota migratória, com o envolvimento ativo de 10 países em África e no Médio Oriente, bem como quatro nos Balcãs. Tanto a SCF como a APLORI estarão envolvidas no novo projeto.

"Nós vamos monitorizar os micro habitats do britango: observaremos onde se encontram e o que os atrai para os habitats onde param", diz o Dr. Shiiwua na Nigéria. "Também faremos campanhas de sensibilização ao longo de sua rota, articulando com a Fundação Nigeriana para a Conservação". Essas campanhas envolverão muitas reuniões presenciais, além de panfletos e outros materiais no idioma local, o Hausa.

"O entusiasmo de todos os que trabalham ao longo da rota migratória é muito positivo," diz o Dr. Shiiwua. "Eu acho que o projeto será muito útil. Tomemos a Nigéria, por exemplo: chegaremos a locais onde algumas das aves foram vítimas e falaremos com as pessoas individualmente; outro país faz algo semelhante; o próximo fará de forma semelhante, e isto passará uma mensagem muito boa: pelo menos algumas das aves vão sair daqui e voltar".

De acordo com Thomas Rabeil: "Se queremos proteger os britangos ao longo da rota e do seu movimento sazonal é muito importante obter uma grande colaboração com todas as partes interessadas nos diferentes países. Este projeto LIFE é uma oportunidade real para isso. Não vai beneficiar apenas o britango, mas antes beneficiar todos os abutres e todos os predadores."

Qual seria um bom resultado para este projeto? "Antes de tudo, uma maior consciencialização entre todas as partes interessadas; segundo, que se quisermos implementar as ações certas em termos de conservação para essa espécie, precisamos também melhorar o nosso conhecimento; e, globalmente, a colaboração entre os diferentes países ao longo da rota migratórios, que antes não existia. O antigo projeto da UE foi o verdadeiro impulsionador disto", acredita o Dr. Rabeil, principalmente através do Plano de Ação da Rota Migratória para a Conservação dos Balcãs e Populações da Ásia Central do Britango. Conhecido como EVFAP, este é um elemento-chave do Plano de Ação Multiespécies para conservar abutres eurasianos-africanos (Abutre MsAP) endossado pelos estados da escala CMS na COP12 em outubro de 2017.

Detetives caninos do LIFE

4

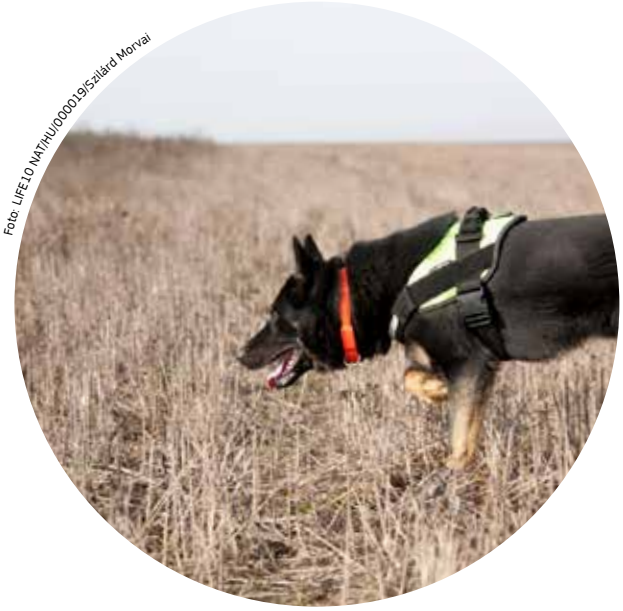


Foto: LIFE10 NAT/HU/000019/Szilárd Morvai

Já vimos como as unidades caninas podem deter potenciais envenenadores. Neste capítulo examinamos os métodos e protocolos que diferentes unidades caninas usam para recolher provas nos casos de envenenamento.

O projeto HELICON (veja pp. 14-17) estabeleceu a primeira unidade canina anti-veneno na Europa central, com o objetivo de proteger a águia imperial (*Aquila heliaca*) e outras aves de rapina. O líder da unidade Gabor Deák e seu cão Falco encontraram mais de 200 aves mortas ilegalmente e iscos venenosos que não teriam sido descobertas por outros métodos.

Treinando as unidades caninas

Falco, um pastor alemão de 10 meses de idade, foi um dos dois cães criados especialmente para o trabalho de investigação que foi submetido a treino no Centro de Treino de Cães da Polícia Nacional da Hungria.

"Falco usava o faro muito bem e era bom na resolução de problemas", dizo seu tratador Gabor. "O outro cão era muito bom em busca, mas o Falco cobria grandes áreas muito rápido e rotina é muito boa para explorar o campo."

Durante quatro meses de treino com o tratador Gabor, Falco aprendeu primeiro a encontrar carcaças de aves de rapina, depois carbofurano e forato, e finalmente ambas carcaças e venenos em iscos como partes de animais e ovos.

"Em alguns países, as unidades caninas usam sinais passivos, por exemplo, o cão encontra alguma coisa e senta-se ou deita-se ao lado do que encontra. No entanto, o Falco latia para me alertar porque geralmente procuramos em áreas densas ou zonas húmidas, e neste caso eu não veria o cão".

As equipas caninas do projeto LOBO NOS ALPES no norte da Itália foram treinadas para detetar mais de 30 tipos de veneno: "Os venenos mais comuns usados em iscos nos Alpes", explica a monitora técnica do projeto, Francesca Marucco. "De particular preocupação nos últimos anos é o alfa-beta endosulfano (um organoclorido), que é um veneno ilegal muito perigoso que foi encontrado na província de Cuneo durante o projeto LIFE", explica ela.

A busca por provas

"Se houver alguma atividade de envenenamento feita por um caçador, geralmente a equipa de cães é a primeira a ser contactada e eles rapidamente vão para o campo tentar detetar o veneno", explica Marucco. Uma resposta rápida é crucial para impedir a propagação do veneno e poder capturar os autores.

Precisamos estar prontos para agir rápido, porque é como uma bomba. É como uma mina nos campos. Tentamos recolher todas os iscos venenosos e animais o mais rápido possível. Queremos apanhar o círculo vicioso e pará-lo ", explica Ela Kret da WWF Grécia, que patrulha a Reserva Florestal Dadia com o cão da raça

Malinois, Kiko. “No começo, pensávamos que patrulharíamos três vezes por semana e patrulharíamos áreas específicas, mas depois percebemos que é como jogar na lotaria. Há a mesma oportunidade de encontrar um isco com veneno se formos em dias ou lugares aleatórios”, diz. Responder a chamadas (do serviço florestal, autoridade de parques ou cidadãos interessados) reduz a oportunidade de Kiko trabalhar sem recompensa, o que reduziria sua motivação.

Na Hungria, o Falco “encontra todas as aves e animais mortos”, explica Gabor. “Todos os anos aprende coisas novas.” É um trabalho perigoso. A dieta é muito importante porque o Falco não deve reconhecer os iscos como alimento. “Ele só come comida seca, especialmente formulada para cães de desporto, que é rica em proteína, gordura e vitaminas”, diz Gabor. O trabalho também pode ser stressante para o tratador de cães, especialmente nos dias em que grandes números de aves e animais mortos são encontrados. É perigoso porque enquanto trabalha o cão é livre. Precisamos também nós de estar em forma porque às vezes é preciso correr”, explica Ela Kret.

Ela e Kiko trabalham em estreita colaboração com o Serviço Florestal de Soufli e com a autoridade administrativa da Reserva Florestal de Dadia para recolher provas. “Se recolher uma amostra potencialmente envenenada, temos que ter cuidado com a forma se guarda, como a entregamos ao veterinário, como a amostra é analisada, se queremos construir um caso forte para o tribunal”, diz o Dr. Dimitris Vasilakis. Oficial do Serviço Florestal de Soufli, responsável pela administração de florestas e fauna selvagem no Parque Nacional de Dadia. “A análise toxicológica tem que ser feita num laboratório público certificado, por exemplo.”

Foto: © 2016 – LIFE14 NAT/PT/000855/GNR. All rights reserved.
Licensed to the European Union under conditions.

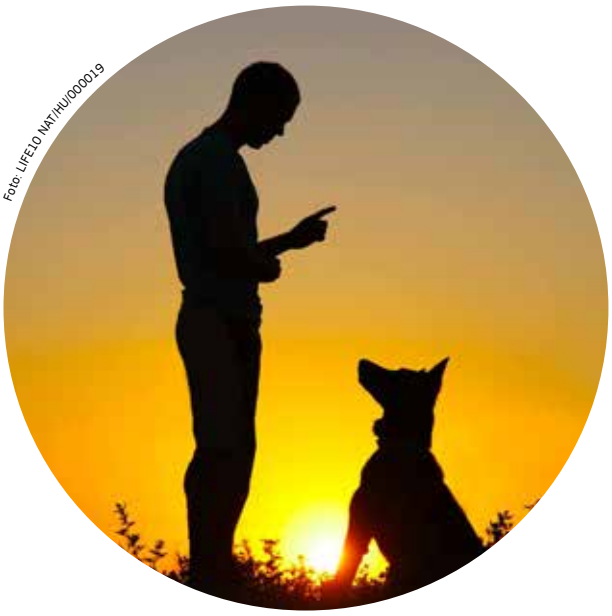


Foto: LIFE10 NAT/HU/000019

Cães polícias fazem melhor?

Embora os métodos de treino e de trabalho de diferentes unidades de cães anti- veneno sejam semelhantes, podem ser geridos por muitos e diferentes tipos de organizações, às vezes até dentro do mesmo país. Por exemplo, na Grécia, existem unidades operadas pela Sociedade Ornitológica Helénica e pela Federação de Caça de Creta (pagas pelo Museu Nacional de Creta), assim como pela WWF Grécia. Algumas organizações também têm contratos com tratadores especializados para este fim.

O Dr. Vasilakis e seus colegas do Serviço Florestal de Soufli acreditam que seria muito mais eficaz, para fins de fiscalização, que as unidades de cães anti-venenos fossem administradas pelo Serviço Florestal do estado, já que teriam mais autoridade e protocolos padronizados.

Tanto em Espanha como em Portugal, o serviço de polícia opera unidades de cães anti-venenos inicialmente estabelecidos através de projetos LIFE. “Percebi que havia uma diferença muito grande entre o número de incidentes de envenenamento detetados pelas unidades caninas e o que chegava aos tribunais”, diz o Tenente-Coronel Costa Pinto da Guarda Nacional Republicana (GNR), que hoje dirige oito unidades de cães anti-venenos com o apoio do LIFE, treinados para se adaptar aos padrões da FRONTEX. Ele acredita que, por ter unidades caninas policiais a fazer o trabalho em vez de cães pertencentes a ONGs, por exemplo, haverá um vínculo mais efetivo com as investigações e um efeito dissuasor mais forte. Também garante que as unidades continuarão a operar após o término do financiamento do projeto LIFE (ver pp. 53-54).

1

Problema:
Os procuradores e juízes não têm capacidade para aplicar as diretivas de natureza da EU, particularmente nos países mediterrânicos e em partes da Europa Oriental.

Solução:
Um projeto LIFE está a apoiar o trabalho da Rede Europeia de Procuradores do Ambiente para tornar a aplicação da legislação ambiental mais coerente em toda a Europa.

Resultado:
A ENPE está a desenvolver novas ferramentas de formação para procuradores e juízes. "Se tiverem melhor formação, mais autoconfiança para monitorizar as investigações, investigarão mais e processarão mais", diz o secretário-geral da ENPE, Lars Magnusson. O projeto também está a construir um banco de dados de boas práticas e sensibilizando toda a cadeia de fiscalização.

Leia mais na página 50.

2

Problema:
Para processar judicialmente os responsáveis por crimes contra a vida selvagem, a polícia precisa de recursos e protocolos para investigar casos.

Solução:
O Gabinete Húngaro de Investigação (NNI) criou uma sub-unidade de crime ambiental de nove pessoas. Esta equipe foi parceira dos projetos HELICON e PannonEagleLife, investigando casos de envenenamento em massa ou caça ilegal de espécies estritamente protegidas, como a águia imperial.

Resultado:
Através do projeto LIFE, o NNI desenvolveu protocolos para investigar crimes contra a vida selvagem e forneceu formação para cerca de 250 policias. Houve cinco processos bem-sucedidos como resultado.

Leia mais na página 52.

3

Problema:
A maioria das unidades de cães anti-venenos é operada por ONGs ou agências ambientais. Embora ainda possam ter um impacto positivo na investigação de crimes contra a vida selvagem, não têm o mesmo poder para impor a lei que as unidades policiais.

Solução:
Dois projetos portugueses do LIFE trabalharam com unidades de cães-polícia para investigar casos suspeitos de envenenamento de espécies protegidas.

Resultado:
Foram instaladas oito unidades caninas para cobrir os quatro principais sítios da rede Natura 2000 em Portugal. A GNR manterá as unidades de cães e ampliará o espectro do seu papel quando os projetos do LIEE terminarem.

Leia mais na página 53.

Capítulo 4

Aplicação legal e aspetos legais

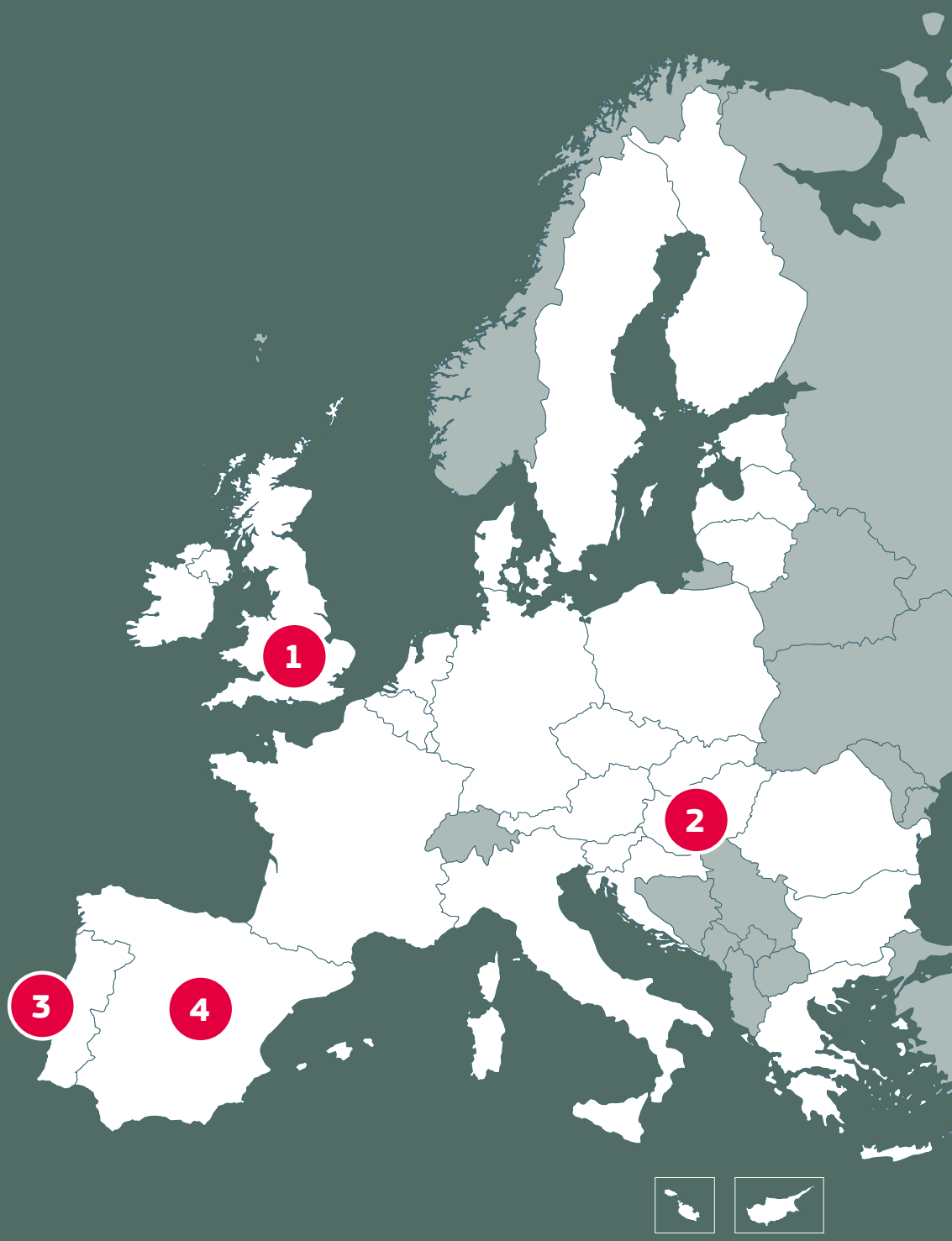
4

Problema:
Poucos casos envolvendo o envenenamento ilegal de animais selvagens chegam aos tribunais e resultam em condenações.

Solução:
O projeto LIFE VENENO NO promoveu uma estreita cooperação entre organizações de conservação de aves, oficiais de investigação e profissionais da área jurídica. Também desenvolveu um protocolo para laboratórios toxicológicos, já que esta é a prova mais importante em tribunal.

Resultado:
O projeto levou a 24 processos judiciais envolvendo envenenamento ilegal de aves. Estes resultaram em cerca de 13 condenações, com sentenças de até dois anos de prisão. O projeto também desenvolveu planos de ação para combater os envenenamentos e um plano de ação para combater as envenenamentos em toda a UE, elaborado pela Rede Europeia contra os Crimes Ambientais.

Leia mais na página 55.



Desenvolver a capacidade de processar judicialmente os crimes contra a vida selvagem

1

Lars Magnusson é o secretário-geral da Rede Europeia de Procuradores do Ambiente. Um projeto LIFE chamado ENPE está a apoiar os esforços da rede para tornar a aplicação da lei ambiental mais consistente em toda a Europa. Isso envolve dar aos procuradores públicos e juízes o conhecimento e a confiança para perseguir tais casos.

A Interpol e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente estimam que o custo do crime ambiental internacional seja de cerca de 188 biliões de euros por ano. Níveis de crime ambiental elevados podem ser parcialmente atribuídos a processos ineficazes e a sanções ineficientes. O crime contra a vida selvagem (ao abrigo da Diretiva Habitats, Diretiva Aves ou Regulamentos CITES) é notoriamente difícil de processar judicialmente porque a lei nesta área é complexa e porque os círculos criminosos são pequenos, altamente organizados, fechados e difíceis de penetrar.

A Rede Europeia de Procuradores do Ambiente (ENPE) foi fundada em 2012 com o objetivo de garantir que a legislação ambiental seja aplicada de forma mais consistente em toda a Europa. "É uma organização para procuradores que querem processar crimes ambientais, para facilitar a cooperação entre as fronteiras e para facilitar que outros procuradores abram mais processos por crimes ambientais", explica Lars Magnusson.

Desde 2016, a rede tem executado um projeto LIFE (também chamado ENPE) projetado para construir uma rede auto-sustentável de procuradores ambientais, melhorar a partilha de informações sobre crimes ambientais e melhorar a capacidade e uniformização para combater os crimes relacionados com resíduos transnacionais, com a vida selvagem e os crimes químicos. Lars Magnusson preside o grupo de trabalho de crime contra a vida selvagem da ENPE, que é encarregado de analisar quatro questões principais: interpretação, aplicação prática, recolha de provas e quantificação de danos ao meio ambiente por não se aplicar a lei relativa à vida selvagem.

"O mais difícil é mobilizar o interesse nas organizações de investigação nos Estados Membros para priorizar esses tipos de crimes", diz Magnusson. Reconhece que alguns países podem ter prioridades mais prementes do que a caça ilegal de aves migratórias, "mas deve haver algum espaço para esses tipos de casos".

O Sr. Magnusson aponta que na Suécia, que juntamente com o Reino Unido e os Países Baixos, tem uma unidade dedicada ao crime ambiental dentro do Ministério Público, existem cerca de 3 mil crimes ambientais suspeitos por ano, dos quais cerca de 15% resultam de uma acusação ou de um crime. "O nosso objetivo é aumentar esse número para 25%", diz ele. "Apenas uma pequena percentagem dos casos são crimes contra a vida selvagem."

Lidando com casos complicados

Uma barreira ao aumento do número de processos é a complexidade dos casos. "É uma legislação complicada. Talvez os casos acabem na parte inferior da pilha na mesa do procurador. Queremos fazer um guia para navegar na legislação. Como evitar as barreiras jurídicas e explicar todas as derrogações e isenções porque existem muitas delas. Queremos apresentar casos diferentes em webinars ou slides, e fazer com que os procuradores entendam que, se for metódico, pode não ser tão complicado", explica Magnusson.
O projeto está a construir uma base de dados de boas práticas, casos como o julgamento de um caçador ilegal que matou íbis-eremitas em Itália (ver pp. 27-29).

"Temos de sensibilizar toda a cadeia de execução - dos inspetores à polícia, os procuradores e os juízes", acredita o Sr. Magnusson. Para facilitar esse processo, em setembro de 2017, a ENPE assinou um Memorando de Entendimento com organizações representantes de inspetores (IMPEL) e policiais e outras agências de fiscalização (EnviCrimeNet).

Foto: © 2016 – LIFE14 GIE/UK/000043. All rights reserved. Licenced to the European Union under conditions.

O Fórum Europeu dos Juízes do Ambiente (EUFJE) já era parceiro do projeto LIFE: "o nosso grupo de trabalho sobre acusação e sancionamento é presidido por um juiz", observa Magnusson. "Espero que o Memorando de Entendimento facilite os diferentes Estados Membros para apoiar nosso trabalho e ter a mente aberta em colaborar com as fronteiras do estado".

"Eu acho que o fator-chave em muitos países são os procuradores", acrescenta ele. "Se tiverem melhor formação, mais autoconfiança para monitorizar as investigações, investigarão mais e processarão mais".

O ENPE inclui organizações membros de 15 países. "As lacunas estão no Mediterrâneo e na Europa Oriental", explica Magnusson. A rede já se está a expandir para cobrir algumas dessas lacunas, adicionando novas organizações membro representando a Grécia, Albânia e a Macedónia no início de 2017. "Espero que tenhamos ainda mais membros até o final do projeto. Ser membro não tem qualquer custo."

Quantificação de danos: Atualização da 'lista de preços finlandesa'

Como parte de sua missão de identificar barreiras e soluções para os problemas que os procuradores e juízes encontram na quantificação de danos, o projeto ENPE está a investigar formas de atribuir um valor intrínseco apropriado às espécies. O trabalho até à data baseia-se na chamada "lista de preços finlandesa" (ver caixa), um regulamento de 2002 sobre orientações para animais e plantas protegidos produzido pelo Ministério do Ambiente finlandês. "Esta lista de preços foi usada para um caso envolvendo ladrões de ovos na Finlândia, na Suécia e no Reino Unido. Uma pessoa condenada na Finlândia recebeu uma multa de 225.000 €", explica Magnusson. No entanto, ele acredita que "as penalizações atuais não são suficientemente dissuasoras".

5. http://www.finlex.fi/sv/laki/alkup/2002/20020009

O que vem a seguir?

"Os nossos membros identificaram o tráfico de espécies ameaçadas como uma prioridade para a formação. A nossa próxima tarefa é desenvolver os materiais para pô-la em pratica. Também teremos mais conferências onde reuniremos inspetores, policias e procuradores para apresentar histórias de sucesso", diz Magnusson. "Também planeamos realizar um workshop sobre a caça ilegal de aves do Mediterrâneo. Vamos convidar procuradores de países não pertencentes à UE como o Egito e o Líbano, onde muitas aves são abatidas. "

"Eu acho que o fator-chave em muitos países são os procuradores", acrescenta ele. "Se tiverem melhor formação e mais mais autoconfiança para monitorizar as investigações, mais casos serão processados criminalmente".

Foto: LIFE03 NAT/S/000073

A lista de preços finlandesa

Exemplos de valores intrínsecos atribuídos a animais e plantas protegidos no regulamento finlandês:

- Foca anelada de Saimaa (*Phoca hispida saimensis*) - **9 755 €**
- Raposa do Ártico (*Vulpes lagopus*) - **7 400 €**
- Águia-real (*Aquila chrysaetos*) - **4 877 €**
- Peneireiro-vulgar (*Falco tinnunculus*) - **1 009 €**
- Abetouro (*Botaurus stellaris*) - **589 €**
- Corvo comum (*Corvus corax*) - **151 €**
- Rabiruivo (*Phoenicurus phoenicurus*) - **17 €**

2

Investigações policiais húngaras

Ákos Horváth é polícia do Departamento Nacional de Investigação da Hungria (NNI). Ele era um caçador profissional antes de se juntar à polícia.

Foto: NEEMO EEIG/Stephen Nottingham

Esta experiência provou ser útil quando se trata de combater o crime de aves.

"Há nove detetives na minha sub-unidade de crime ambiental. Três de nós trabalhamos com animais: um com CITES, um com répteis e eu com crime de aves ", diz Horváth.

O NNI era um beneficiário associado do projeto HELICON LIFE que visava conservar as águias imperiais resolvendo conflitos entre humanos e águias. A polícia investigou casos decorrentes do HELICON e do projeto PannonEagle Life.

"O NNI é chamado sempre que ocorra um envenenamento em massa ou quando as espécies estritamente protegidas são afetadas; tal como para a águia imperial, sempre que é necessária uma investigação de campo ", diz Horváth. "Precisamos recolher provas objetivas e pessoais. Prova objetiva é, por exemplo, o isco com veneno. Prova pessoal é, por exemplo, uma confissão. "

"Os resultados toxicológicos são a base para as condenações, por isso estamos sempre no início de um caso", diz Horváth. Estes são acompanhados por uma série de outras provas, incluindo aquelas recolhidas pela unidade canina (ver pp. 46-47), operações de escutas telefónicas e imagens capturadas por câmaras fotográficas. Horváth relembra como provas solidas foram recolhidas, por exemplo, recorrendo a armadilhas fotográficas perto de quintas de reprodução de faisões, onde iscos com veneno foram encontradas.

Seis casos foram investigados durante o projeto HELICON. Cinco levaram a processos judiciais e outro ainda está em andamento. O Sr. Horváth explica como a equipa do projeto forneceu aos procuradores e juízes informações sobre o impacto ambiental significativo do envenenamento, contextualizando o crime, ajudando-os a entender que o envenenamento afeta ecossistemas inteiros. "Isso resultou em penalidades mais sérias ao longo do tempo, chegando até a uma pena suspensa em dois casos".

Protocolos e formação

O Protocolo de Investigação Policial, um dos três protocolos produzidos durante o projeto HELICON, define os procedimentos a seguir em casos de suspeita de crime de aves e resume os quatro artigos do código penal relacionados a crimes de aves: danos à natureza, abuso de venenos, crueldade contra animais e caça furtiva. "Eu escrevi o protocolo policial para investigação de campo", diz Horváth. "Ele foi enviado para a intranet da polícia, para que todas as forças policiais húngaras possam acedê-lo em casos de envenenamento de aves."

O Sr. Horváth e outros membros da equipa do LIFE organizaram jornadas de formação para policias. "Realizamos dias de formação para todos os 19 condados da Hungria", diz ele. "Cerca de 250 polícias foram treinados. Também formamos caçadores". Além disso, os polícias adquirem novos ferramentas, técnicas para a identificação de aves no campo, com os Rangers do Parque.

A formação policial não se limitou a desenvolver conhecimentos e técnicas especializados. Uma pessoa foi selecionada dentro da força policial de cada município para lidar com casos de crime de aves como resultado da formação do LIFE.

Lições

- Protocolos claros para lidar com crimes contra a vida selvagem
- Formação para polícias
- Um oficial dedicado ao crime da vida selvagem em cada força regional / municipal
- Rede de alto nível de ação conjunta entre polícia, procuradores e juízes

3

Investigar o envenenamento ilegal em Portugal

Foto: © 2017 – LIFE14 NAT/PT/000855/Hugo Marques. All rights reserved. Licensed to the European Union under conditions.:

A Guarda Nacional Republicana (GNR) criou oito equipas de cães anti-veneno como parceiros em dois projetos LIFE. Estes cães-polícia operam em sítios da rede Natura 2000 em todo o país, recolhendo provas e impedindo o crime contra a vida selvagem.

O LIFE Imperial (2014-2018) apoiou a criação de quatro equipas de cães anti- veneno na unidade de crime ambiental da GNR (SEPNA). Duas equipa de cães foram criadas no âmbito do LIFE Rupis (2015-2019). Os principais objetivos destes dois projetos LIFE são proteger a águia imperial e o britango em Portugal. No entanto, de acordo com o tenente-coronel Costa Pinto da GNR, os projetos contribuem não apenas para proteger espécies específicas, mas também ecossistemas inteiros, eliminando venenos do meio ambiente e das cadeias alimentares.

"A LPN, beneficiária do projeto LIFE Imperial, contatou-nos sobre a possibilidade de sermos parceiros neste projeto o que nos pareceu adequar-se ao que já fazíamos", diz ele. "Conhecemos as expectativas como treinadores da unidade canina de deteção e, na GNR, precisamos melhorar também a nossa capacidade como autoridade de fiscalização".

Seguindo o exemplo espanhol

Para criar as equipas de cães, a GNR baseou-se na experiência existente da SEPRONA, o Serviço de Proteção da Natureza da Guarda Civil Espanhola. O projeto LIFE VENENO NO desempenhou um papel fundamental ao ajudar a SEPRONA a desenvolver as melhores práticas para o treino de unidades caninas para lidar com diferentes tipos de venenos.

"De janeiro a março de 2016 treinámos com a polícia espanhola, porque eles têm uma paisagem e condições semelhantes, especialmente em torno de Madrid, com temperaturas muito altas", diz o tenente-coronel Costa Pinto.

Seguindo o modelo espanhol, a GNR criou quatro equipas de duas unidades caninas cada (oito unidades compreendendo um manipulador e um cão no total). Cada equipa de cães patrulha uma zona da rede Natura 2000 diferente, abrangida pelos projetos LIFE.

Os cães foram comprados a empresas especializadas na Europa usando fundos do LIFE. "Comprámos cada cão por 3 200 € e toda a formação especializada é feita aqui em Portugal", explica o Tenente-Coronel Costa Pinto. "Eles vão trabalhar até os oito ou nove anos de idade. Quando este grupo de cães atinge a idade de seis anos temos que começar a preparar um novo grupo".

Um dos principais desenvolvimentos tem sido a criação de uma instalação dentro da GNR para a criação da próxima geração de cães. Estes serão utilizados para continuar o trabalho iniciado no âmbito dos projetos LIFE.

Foto: © 2017 – LIFE14 NAT/PT/000855. All rights reserved.
Licensed to the European Union under conditions.

Foto: LIFE13 NAT/PT/001300/LPN

Recolha de provas

Os cães da GNR foram treinados para detetar nove tipos de veneno, incluindo aldicarb e estricnina (os dois mais frequentemente encontrados). Segundo o protocolo, as unidades caninas após encontrarem iscos ou animais mortos, chamam os seus colegas da GNR SEPNA que são responsáveis pela remoção dos venenos e, muitas vezes, do solo contaminado circundante.

"A GNR recolhe e preserva as provas, envia-as ao laboratório de toxicologia e reporta o caso ao Ministério Público. O foco das unidades caninas é continuar a busca para evitar perder tempo com as formalidades. Nós, em média, fazemos mais de 120 patrulhas por ano. As patrulhas podem correr até às 20:00h durante o verão", diz o tenente-coronel Costa Pinto. "O importante é identificar padrões de envenenamento. Concentramos-mos cada vez mais em tentar apanhar alguém "em flagrante", por exemplo, aquando o ato de compra dos iscos.

Também estamos a tentar melhorar a colaboração com o pessoal de investigação criminal, para construir a evidência mais forte para os casos."

O seu colega Capitão Gonçalo Brito acrescenta: "Idealmente, o cão fisicamente mais apto é o híbrido entre um pastor belga e um pastor alemão." Refere ainda que os manipuladores já tinham experiência anterior com as equipas caninas de deteção de droga, mas vão ficar nas unidades anti-venenos após o término dos projetos LIFE.

"Adaptámos o sistema de formação de cães da Frontex (Agência de Guarda Costeira e Fronteira Europeia) da UE à realidade do nosso país", afirma o Capitão Gonçalo Brito. Por exemplo, os cães também são treinados para ladrar para sinalizar iscos, mesmo sem veneno, pois já foram encontrados várias vezes iscos com pregos que são perigosos para os animais.

Sete incidentes de iscos com veneno foram detetados em Castelo Branco e nove em Beja, que estão a ser investigados.

"De momento estamos a concentrar os nossos esforços para registar os incidentes de envenenamento que são posteriormente recolhidos pelo SEPNA, mas queremos que o próximo passo, especialmente no que diz respeito à investigação criminal, se intensifique", diz o Capitão Gonçalo Brito.

"O ponto principal é que no final dos projetos teremos cães com bom desempenho e capazes de detetar um amplo espectro de venenos".

Processos judiciais sobre contra aves em Espanha têm lições para a UE

4

O projeto VENENO NO ajudou as autoridades a levar ao tribunal 24 casos envolvendo envenenamento ilegal de aves. Estes resultaram em 13 condenações. O projeto delineou também um plano de ação para combater o envenenamento ilegal em toda a UE.

Antes do projeto LIFE, poucos casos envolvendo envenenamento ilegal da vida selvagem chegaram aos tribunais em Espanha. As concretizações da equipa do projeto na promoção do cumprimento da lei e da ação penal foram construídas em estreita cooperação entre a coordenação do beneficiário SEO / BirdLife, os oficiais de investigação e os profissionais da área jurídica.

Uma vez decidido levar um caso a tribunal, a SEO / BirdLife reúne provas de várias fontes, em colaboração com advogados e autoridades (como a Guardia Civil de Espanha). A equipa também trabalha com os promotores ambientais para garantir que eles estejam alerta para os problemas de envenenamento ilegal. Cada caso aumenta a consciencialização dos profissionais da área jurídica e do público em geral sobre a gravidade do envenenamento de aves de rapina e da biodiversidade em geral.

A SEO / BirdLife prepara informações, por exemplo, sobre o tipo de iscos com veneno usados e os locais onde são encontradas (por exemplo, num sitio da rede Natura 2000), e as espécies envolvidas e qual o status de proteção.

Os relatórios toxicológicos são a prova mais importante em tribunal, de acordo com o coordenador do projeto, David de la Bodega. O VENENO NO ajudou a aumentar a eficácia, produzindo um relatório abrangente sobre iscos venenosos (ver pp. 20-21), juntamente com um protocolo para laboratórios toxicológicos.

Dois dos casos mais graves envolveram o envenenamento de seis águias imperiais ibéricas (*Aquila adalberti*) em Castilla-Mancha e o envenenamento de mais de 140 aves de rapina em Navarra.

Garantindo as condenações

As condenações obtidas em alguns casos resultaram em sentenças de prisão, com duração de até dois anos.

Em Espanha, os crimes também são avaliados em termos de responsabilidade civil, de modo que os crimes contra a vida selvagem levam em conta o valor dos animais. A SEO / BirdLife argumentou que a responsabilidade civil deve levar em conta o valor de conservação de aves mortas ilegalmente, em relação a populações regionais inteiras, e também o investimento público na proteção da espécie, por exemplo, em projetos LIFE.

No caso das seis águias envenenadas em Castilla-Mancha, cada uma foi avaliada em € 60.000. O juiz aumentou a severidade da multa porque levou em conta a importância da conservação das espécies ao considerar a responsabilidade civil.

Um caso ocorrido no norte da Espanha em 2015, envolvendo o envenenamento de 11 milhafres-reais (*Milvus milvus*) e outros animais selvagens, resultou numa sentença de dois anos de prisão e uma multa de responsabilidade civil no valor de € 90.270, com multa adicional de € 28.500, usada para monitorizar milhafres-reais por três anos na Cantábria. O agricultor que foi considerado culpado também foi inibido das atividades de caça e agricultura por vários anos. Naquela época, essa foi a sentença mais dura para esse tipo de crime em Espanha.

O Sr. de la Bodega acredita que as condenações bem-sucedidas abriram um precedente que serve como um importante impedimento para tais crimes no futuro. Segundo os últimos relatórios, algumas comunidades autónomas espanholas - incluindo a Andaluzia, Aragão e as Ilhas Canárias - reduziram o número de casos de envenenamento nos últimos anos. Noutras comunidades, como Castela-Leão e Castilla-Mancha, os níveis de envenenamento são ainda muito altos.

Desenvolver um plano europeu de ação contra o crime contra a vida selvagem

Um dos principais resultados do projeto LIFE VENENO NO foi o desenvolvimento de um plano de ação para combater os envenenamentos. Desenharam um plano de ação para combater os envenenamentos ilegais em toda a UE, elaborado pela Rede Europeia contra os Crimes Ambientais.

A Rede Europeia contra o Crime Ambiental (ENEC) adotou propostas para um Plano de Acção Europeu para combater o envenenamento ilegal da vida selvagem. O documento propõe uma estratégia coordenada para todos os Estados-Membros para prevenir, impedir, monitorizar e, em última análise, julgar casos de envenenamento ilegal de animais selvagens dentro da União Europeia, onde o uso ilegal de veneno continua a ser um problema sério para a conservação da vida selvagem.

Legado duradouro

O impacto do projeto também está a ser assegurado por meio do financiamento contínuo de iniciativas de acompanhamento de fontes privadas. Após o projeto LIFE, a ONG também enviou uma proposta para um novo projeto sobre criminalidade ambiental para o programa de justiça criminal de Espanha. Os esforços alcançaram resultados tangíveis: desde o início do projeto, em 2010, o número de casos de envenenamento em Espanha diminuiu. "A recolha de dados sobre envenenamento permitiu-nos ter uma imagem muito boa do que está a acontecer em Espanha", explica o Sr. de la Bodega.

O impacto do projeto também pode ser medido pelo número de condenações por crimes contra a vida selvagem. O VENENO NO identificou 24 casos para os quais foram obtidas 13 condenações. Seis casos ainda serão julgados. Desde que o uso de iscos com veneno foi criminalizado em Espanha em 1995, cerca de 70 sentenças foram proferidas, o que significa que o projeto LIFE claramente melhorou a taxa de condenação.

O financiamento adicional após a LIFE também permitiu que a ONG continuasse a formação das autoridades ambientais. A formação aborda as "grandes deficiências" das diferentes forças policiais nesta área e tem um impacto motivador sobre os participantes dos cursos, acredita o Sr. de la Bodega. "Para muitas administrações, o crime contra a vida selvagem não é um crime sério, e muitos funcionários e policias não são realmente treinados para investigar este tipo de crime."

Mas ele adverte que é necessário fazer mais. "É preciso melhorar os meios de investigação dos crimes ambientais, criar unidades forenses para apoiar a polícia ambiental e garantir o acesso das ONGs aos processos penais ambientais".

A SEO / BirdLife também continua a promover a mensagem da importância dos planos de ação e da formação, e o Sr. de la Bodega sente-se encorajado ao ver que outras iniciativas estão a seguir o exemplo, incluindo projetos LIFE como HELICON, que tem como alvo proteção à perseguição da águia imperial na Hungria (ver pp. 14-17). "Em todos os projetos de combate ao envenenamento, o plano de ação e formação VENENO NO foram considerados como uma das principais ações a serem implementadas", diz ele.

Seleção de projetos sobre crimes contra a vida selvagem

A tabela abaixo incluiu uma seleção de projetos LIFE em abate ilegal de vida selvagem.
Para mais informações em projetos individuais visite a base de dados LIFE em http://ec.europa.eu/environment/life/project/Projects/index.cfm.

Referência	*Titulo do projeto*
EVENENMENTO	
LIFE97 NAT/NL/004210	*Black vulture Conservation in a European Network*
LIFE98 NAT/E/005351	*Conservation of the european black vulture in the SPAs of Madrid*
LIFE00 NAT/E/007340	*Black vulture conservation in Mallorca and in other ZEPAs in Spain*
LIFE00 NAT/IRL/007145	*The re-introduction of Golden eagle into the Republic of Ireland*
LIFE02 NAT/GR/008497	*Conservation of birds of prey in the Dadia Forest Reserve, Greece*
LIFE03 NAT/F/000103	*Recovery plan for the Egyptian vulture in South-Eastern France*
LIFE04 NAT/ES/000056	*Preliminary actions and reintroduction of the bearded vulture*
LIFE04 NAT/ES/000067	*The conservation of guirre in Spas of the Fuerteventura island*
LIFE07 NAT/E/000742	*Conservation of Mediterranean priority species in Castille-La Mancha*
LIFE07 NAT/IT/000436	*A new strategy against the poisoning of large carnivores and scavengers raptors*
LIFE08 NAT/E/000062	*Action to fight illegal poison use in the natural environment in Spain*
LIFE08 NAT/P/000227	*Enhancing Habitat for the Iberian lynx and black vulture in the Southeast of Portugal*
LIFE10 NAT/BG/000152	*Urgent measures to secure survival of the Egyptian vulture (Neophron percnopterus) in Bulgaria and Greece*
LIFE10 NAT/ES/000570	*Recovering the historic distribution range of the Iberian lynx (Lynx pardinus) in Spain and Portugal*
LIFE10 NAT/HU/000019	*Conservation of imperial eagles by managing human-eagle conflicts in Hungary*
LIFE12 NAT/ES/000322	*Conservation of the bearded vulture and its contribution to eco-system services*
LIFE12 NAT/IT/000807	*Implementation of coordinated wolf conservation actions in core areas and beyond*
LIFE13 NAT/ES/001130	*Natural feeding habitat restoration for cinereus vulture and other avian scavengers in central Spain*
LIFE13 NAT/FR/000093	*Reduction of the human threats affecting the bearded vulture*
LIFE13 NAT/IT/000311	*Italian emergency strategy for fighting illegal poisoning and minimize its impact on bear, wolf and other species*
LIFE13 NAT/PL/000060	*Conservation of nest zone protected birds in the selected Natura 2000 sites in Lubelszczyzna region*
LIFE13 NAT/PT/001300	*Conservation of the Spanish imperial eagle (Aquila adalberti) in Portugal*
LIFE14 NAT/FR/000050	*Restoration of connections between the Alpine and Pyrenean populations of bearded vulture (Gypaetus barbatus)*
LIFE14 NAT/IT/000484	*Implementation of best practices to rescue griffon vultures in Sardinia*
LIFE14 NAT/NL/000901	*Conservation of black and griffon vultures in the cross-border Rhodopes mountains*
LIFE14 NAT/PT/000855	*Egyptian vulture and Bonelli's eagle Conservation in Douro/Duero Canyon*
LIFE15 NAT/HU/000902	*Conservation of the eastern imperial eagle by decreasing human-caused mortality in the Pannonian Region*
TRAFICO DE ESPECIES	
LIFE11 INF/AT/000902	*Joint actions to raise awareness on overexploitation of Danube sturgeons in Romania and Bulgaria*
LIFE15 GIE/AT/001004	*Sustainable protection of lower Danube sturgeons by preventing and counteracting poaching and illegal wildlife trade*
ARMADILHAGEM	
LIFE07 INF/MT/000554	*Changing cultural attitudes to Trapping in order to facilitate implementation of the Birds Directive in Malta*
LIFE11 INF/CY/000863	*An awareness-raising campaign in Cyprus for appreciating biodiversity in our life*
LIFE13 NAT/CY/000176	*Improving lowland forest habitats for Birds in Cyprus*
LIFE14 NAT/IT/001017	*Measures for the conservation of Bonelli's eagle, Egyptian vulture and Lanner falcon in Sicily*
CAÇA ILLEGAL	
LIFE08 NAT/BG/000277	*Ensuring Conservation of Priority Bird Species and Coastal Habitats at the Bourgas Natura 2000 Wetland Sites*
LIFE10 NAT/GR/000638	*Safeguarding the LWf-goose fennoscandian population in key wintering and staging sites within the European flyway*
LIFE11 INF/IT/000253	*A safe haven for wild birds: Changing attitudes towards illegal killing in North Mediterranean for European Biodiversity*
LIFE13 NAT/UK/000258	*Conserving the hen harrier (Circus cyaneus) in northern England and southern and eastern Scotland*
LIFE13 NAT/IT/000728	*Strategies to minimize the impact of free ranging dogs on wolf conservation in Italy*
LIFE12 NAT/BG/001218	*Preserve Key Forest Habitats of the Lesser Spotted Eagle (Aquila pomarina) in Bulgaria*
TODOS OS CRIMES CONTRA A VIDA SELVAGEM	
LIFE14 GIE/GR/000026	*Promoting awareness of wildlife crime prosecution and liability for biodiversity damage in Natura 2000 areas in Crete*
LIFE14 GIE/UK/000043	*European Network of Prosecutors for the Environment*
LIFE15 GIE/PL/000758	*You have right to effective protection of nature*

Um número de publicações em LIFE esta disponível no sítio do programa LIFE:
http://ec.europa.eu/environment/life/publications/lifepublications/index.htm
Um número de copias em papel de certas publicações LIFE estão disponíveis e podem ser requisitadas gratuitamente em:
http://ec.europa.eu/environment/life/publications/order.htm

LIFE "L'Instrument Financier pour l'Environnement" / O instrumento financeiro para o ambiente

O programa LIFE é o instrumento financeiro da UE para o ambiente e ação climática

Período coberto 2014-2020

Financiamento UE disponíveis aproximadamente €3.46 mil milhões

Alocação de fundos

Dos €3 460 milhões alocados para o LIFE, €2 590 milhões são para o subprograma de Ambiente, e €860 milhões são destinados para o subprograma de Ação Climática. Pelo menos €2 800 milhões (81% do orçamento total) são destinados a projetos LIFE financiados através de subvenções de ação ou de instrumentos financeiros inovadores. Cerca de €700 milhões irão para projetos integrados. Pelo menos 55% dos recursos orçamentais alocados a projetos apoiados através de subvenções no âmbito do subprograma de Ambiente serão alocados para projetos de apoio à conservação da natureza e à biodiversidade. Um máximo de €620 milhões serão utilizados diretamente pela DG Ambiente e DG Ação Climática para o desenvolvimento de políticas e fundos operacionais.

Tipos de projetos

Subvensões para os sub-programas de "Ação para o Ambiente e Ação Climatica estão disponíveis em:

> projetos "Tradicionais" – estes projetos podem ser de boas práticas, demonstração, piloto ou informação, sensibilização e disseminação nas seguintes áreas: LIFE Natureza e Biodiversidade; LIFE Ambiente e Eficiência de Recursos; LIFE Governação em matéria ambiental e Informação; LIFE Mitigação de Alterações climáticas; LIFE Adaptação as alterações climáticas; LIFE Governação climática e Informação.

> projetos Preparatórios - destinam-se a apoiar as necessidades específicas para o desenvolvimento e implementação de políticas e legislação ambientais ou climáticas da União.

> Projectos integrados - estes implementam em grandes planos e/ou estratégias ambientais ou climáticas à escala territorial, como exigido pela legislação ambiental ou climática da União.

> projetos de assistência técnica - providenciam ações de financiamento para ajudar os candidatos a preparar projetos integrados.

> projetos de capacitação - providenciam ações de financiamento para permitir aos Estados-Membros uma participação mais efetiva do Programa LIFE.

Mais informações

Mais informação sobre o LIFE está disponível em http://ec.europa.eu/life.

Como concorrer ao financiemento LIFE

A Comissão Europeia lança concurso anuais para propostas de novos projetos
Mais detalhes em http://ec.europa.eu/environment/life/funding/life.htm

Contacto

Comissão Europeia – Direção Geral Ambiente – B-1049 Brussels (env-life@ec.europa.eu).
Comissão Europeia – Direção Geral para Acão Climática– B-1049 Brussels (clima-life@ec.europa.eu).
Comissão Europeia – EASME – B-1049 Brussels (easme-life@ec.europa.eu).

Internet http://ec.europa.eu/life, www.facebook.com/LIFE.programme, twitter.com/lifeprogramme

Publicação LIFE / LIFE e o Crime contra a vida selvagem

Serviço das Publicações